

ACREDITAR

**MOÇÃO DE
ESTRATÉGIA**

LUÍS MONTENEGRO

ELEIÇÕES DIRETAS 2022



ÍNDICE

1. Acreditar: o nosso propósito	4
2. Uma nova ambição: um PSD dinâmico, reformista e agregador	10
3. Uma nova geração: reinventar a cultura política	14
4. Portugal: respeitar o passado, desafiar o presente e relançar o futuro	18
5. Sete prioridades para um modelo sustentável para Portugal	23
5.1. Uma Agenda Institucional: Estado, Instituições e Serviços Públicos ao serviço dos Portugueses	23
5.2. Uma Agenda Geracional: Educação, Capital Humano e Talento ao serviço das Pessoas	30
5.3. Uma Agenda para o Crescimento Económico uma economia competitiva, com melhores empregos e salários mais qualificados ao serviço do crescimento partilhado	33
5.4. Uma Agenda para a Transição Climática e Tecnológica: Digitalização, Descarbonização e Alterações Climáticas ao serviço de um novo paradigma	38
5.5. Uma Agenda Social: Demografia, imigração, Segurança Social, pobreza e desigualdades — estar ao serviço dos mais desfavorecidos e necessitados	39
5.6. Uma Agenda para a Coesão Territorial: um território coeso e desenvolvidos ao serviço de um país mais equilibrado	43
5.7. Uma Agenda para a Afirmação Externa: um Portugal virado para o mundo e para a sua diáspora, ao serviço da nossa agenda estratégica	50
6. PSD: Acreditar na renovação, recuperar a esperança, devolver a ambição	52

1. ACREDITAR: O NOSSO PROPÓSITO

É tempo de dar esperança a Portugal. É tempo de o PSD se voltar a afirmar como o grande partido Português, como a alternativa credível à estagnação e empobrecimento de duas décadas de governo socialista. É tempo de renovar o PSD, atraindo os melhores quadros da sociedade civil e motivando a militância de base, que sempre representou a grande força do PSD.

É hora de lançar um novo ciclo no PSD. Um ciclo de renovação, de esperança, de mobilização, de abertura e de ambição.

Renovar o PSD. Isso passa por modernizar o partido, revendo o seu funcionamento interno, a forma como comunica com os militantes e os simpatizantes e como estes participam na vida ativa do partido. Atrair os melhores quadros da sociedade civil para colaborarem com o PSD, ao nível local, regional e nacional.

Para isso apresentamos cinco grandes medidas: Criar uma Academia de Formação Política; Transformar o CEN no grande “think tank” do espaço não socialista, fazendo uma profunda renovação e juntando o IFSC, o CEN e os gabinetes de estudos que proliferam no PSD e que devem congregar esforços e meios; Promover um Processo de Revisão Estatutária; Reformar a presença e interação física e digital do PSD com os Portugueses; Lançar o **Movimento Acreditar** (cujo coordenador, a par do que acontecerá com o coordenador da academia e do CEN, será convidado a participar nas reuniões da Comissão Política Permanente).

O **Movimento Acreditar** será a plataforma de discussão política com a sociedade, as suas instituições e personalidades, onde os atores partidários interagem com pessoas independentes, com vista a elaborar um programa eleitoral nos próximos dois anos. Este Movimento segue o modelo de “Estados Gerais” como forma de enriquecer o projeto político do PSD 2026.

Esta opção permitirá que entre 2024 e 2026 o partido se concentre em apresentar as suas alternativas, ajustando e aperfeiçoando o seu programa eleitoral de acordo com a evolução da realidade.

O PSD vai inovar e não deixará para o período pré-eleitoral, a um ou dois meses de eleições legislativas, a apresentação das suas linhas de força no âmbito do programa eleitoral.

Pelo contrário, vamos concentrar-nos nos dois anos finais da legislatura na divulgação e esclarecimento aprofundado das nossas propostas eleitorais.

É essencial recuperar a capacidade do PSD como um partido reformista por natureza e dinâmico por vocação. Hoje, como nunca, os cidadãos procuram nos políticos características de competência, consistência e responsabilidade; de elevados padrões éticos e profunda competência técnica e política.

Os portugueses esperam de nós, também, um esforço de união. Porque aquilo que nos une é muito mais que aquilo que nos separa. Porque só um PSD unido, mobilizado, inovador e reformista pode dar ao país a esperança de uma alternativa.

Portugal precisa de uma oposição vigilante, que denuncie os erros da governação e os abusos do poder maioritário. Que dê voz às preocupações e anseios dos Portugueses. Que não tolere e que denuncie a cultura de domínio do aparelho do Estado por parte do PS. Que escrutinando incansavelmente o governo, contribua para uma Democracia saudável e plural. Sem tibiezas nem hesitações, faremos oposição de forma serena e credível, mas forte e assertiva.

O PSD é o incumbente do espaço não-socialista e é a casa-mãe do pensamento e do projeto político não socialista em Portugal. Nesse sentido fixamos o objetivo de simultânea e conjugadamente atrair abstencionistas, eleitores que votaram PS e que se sentem frustrados ou desiludidos, bem como todos aqueles que optaram por soluções dispersas à nossa direita, na exata medida em que não se sentiram representados por posturas, narrativas e propostas confusas e ambíguas.

É nossa obrigação romper com os 20 anos de estagnação económica, que nos afastaram da média Europeia, que fizeram com que vários países de Leste nos ultrapassassem, que colocaram os salários no fundo da tabela Europeia e o endividamento no topo, aumentando as desigualdades e a pobreza, sufocando os Portugueses com uma elevada carga fiscal, conduzindo ao desanimo e a cada vez mais Portugueses, sobretudo jovens, a emigrar.

Essa alternativa passa por políticas que coloquem a economia portuguesa de novo com crescimentos robustos, acima de 4% ao ano. Só assim é possível gerar a riqueza que permite melhores salários, rendimentos e empregos. Que permite que o Estado tenha os recursos para apoiar os que mais precisam, para ter bons serviços públicos, em áreas como a saúde, educação, justiça, habitação e infraestruturas entre outras. Que permite retirar Portugueses do limiar da pobreza. Que permite reduzir as desigualdades. Que permite voltar a convergir com os países mais ricos da União Europeia, e não ficar, como tem sucedido nos últimos anos, cada vez mais nos últimos lugares em termos de riqueza per capita nos 27 Estados Membros.

Mas esta alternativa não passa apenas por uma economia mais competitiva e com maior produtividade. Passa também por uma sociedade mais Sustentável, respondendo aos desafios da transição digital e a emergência de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial; por outro lado, as alterações climáticas e a descarbonização da economia. Ambas vão mudar radicalmente a economia, o trabalho e a sociedade. Portugal tem de estar preparado para estas oportunidades e desafios.

Propomos fazer de Portugal um exemplo no que toca à agenda da sustentabilidade ambiental e de governança, assegurando a maximização do impacto de políticas integradas que cuidem do desenvolvimento sustentável e da mobilidade social para gerar uma economia mais próspera e uma sociedade mais justa.

Esta alternativa passa também por uma sociedade preocupada com os mais desfavorecidos, que faça da luta contra a pobreza, a exclusão social e as desigualdades um combate permanente. Uma sociedade capaz de se renovar, combatendo o inverno demográfico e a quebra populacional, quer através de medidas que favoreçam a

natalidade, quer através de uma política integrada de captação de mão-de-obra qualificada, como fazem países como o Canada e a Nova Zelândia. Atrair para fazer regressar os Portugueses que emigram nas últimas duas décadas, bem como valorizar a nossa diáspora espalhada pelo mundo.

Devemos desenvolver políticas que permitam um saudável equilíbrio entre a vida profissional e familiar, a dedicação à família e à educação dos filhos. Devemos assegurar a devida proteção na velhice com uma saúde condigna e a proteção das pensões. Devemos lutar por uma agenda de trabalho digno que valoriza os salários, protege a maternidade e assegura a igualdade de género. Devemos adequar a formação às necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho.

Também aqui é preciso ser claro: é a economia que está ao serviço das pessoas e não o contrário. Essa é a tradição humanista e social democrata do PSD: a criação de riqueza e o crescimento económico servem para melhorar a vida dos portugueses, não como um fim em si mesmo.

Um PSD que devolva ambição e esperança, que seja humanista e reformista. Que lute pela transparência e assegure competência. Que aposte na renovação e que invista no talento. Que desenvolva a economia, protegendo o Estado Social e os mais desfavorecidos. Que defenda os mais idosos, sem deixar de dar esperança aos mais novos.

Neste momento, como em poucos na nossa história coletiva, é preciso acreditar.

Acreditar no PSD e na sua capacidade para, primeiro liderar a oposição e, depois, governar o país, com os seus militantes, os seus simpatizantes, os seus autarcas e governantes regionais;

Acreditar no povo português, na sua sabedoria, na sua tenacidade, na sua solidariedade;

Acreditar em cada ser humano, na sua liberdade, na sua individualidade, no seu bem-estar;

Acreditar que somos capazes. Somos reformistas, somos inconformados, somos ambiciosos, somos modernos, sentimos a responsabilidade da nossa geração;

Acreditar que somos personalistas, humanistas, interclassistas, empreendedores e inovadores;

Acreditar que vamos conseguir atrair os melhores em cada área, vamos representar os setores mais dinâmicos da sociedade, vamos trabalhar com os que lutam e sobem na vida, promovendo e multiplicando o seu exemplo.

Não nos assustam maiorias absolutas nem mandatos longos. Pelo contrário, encaramos isso como um desafio e um incentivo para nos organizarmos melhor, para sermos mais criativos. Mas também para sermos mais responsáveis sem perdermos a exigência e a ousadia. Seremos eficazes na oposição para podermos governar com eficiência. Seremos fortes, responsáveis, credíveis e ambiciosos na oposição para estarmos preparados quando formos chamados a governar.



Acreditar

Os nossos objetivos eleitorais

O objetivo central da nossa ação será preparar desde já o PSD para vencer as eleições legislativas de 2026. Para esse efeito aproveitaremos os 4 anos de trabalho político que nos separam desse momento, aprofundando propostas e alternativas nos próximos dois anos que se vão consubstanciar num pré-projecto de programa eleitoral, que será o guia da nossa comunicação política nos dois anos seguintes.

Vamos construir esse documento base em diálogo com a sociedade através do **Movimento Acreditar**.

Mas este objetivo central não nos desfocará de todos os outros objetivos eleitorais. Desde logo as eleições regionais na Madeira (2023) e nos Açores (2024). Nelas daremos continuidade ao aprofundamento dos regimes autonómicos que sempre evoluíram sob o nosso impulso. O nosso objetivo é continuarmos a governar nas duas regiões autónomas e garantir soluções de estabilidade assentes em maiorias absolutas nos parlamentos regionais, respeitando as opções pré e pós-eleitorais que os órgãos regionais do partido entenderem seguir.

Nas eleições europeias de 2024 o objetivo eleitoral do PSD é ser o partido mais votado e consequentemente fazer crescer a nossa representação no Parlamento Europeu.

No que tange às eleições autárquicas de 2025, onde pretendemos recuperar a liderança da ANMP e da ANAFRE, **será constituída desde já uma equipa de coordenação** (cujo primeiro responsável será convidado também a participar também nas reuniões da Comissão Política Permanente) que iniciará de imediato a articulação com os órgãos distritais e locais, de forma a permitir que a direção política seguinte possa iniciar o seu mandato habilitada a tomar decisões sobre candidaturas e estratégias eleitorais.

ACREDITAR

MONTENEGRO



2. UMA NOVA AMBIÇÃO: UM PSD DINÂMICO, REFORMISTA E AGREGADOR

Posicionamento político: uma alternativa clara ao Partido Socialista

Este não é o tempo para lamúrias nem para perder tempo com quem pensa que o PSD está condenado ao definhamento. Pelo contrário, o PSD pode e vai voltar a ser o maior partido Português. E Portugal precisa do PSD como partido liderante.

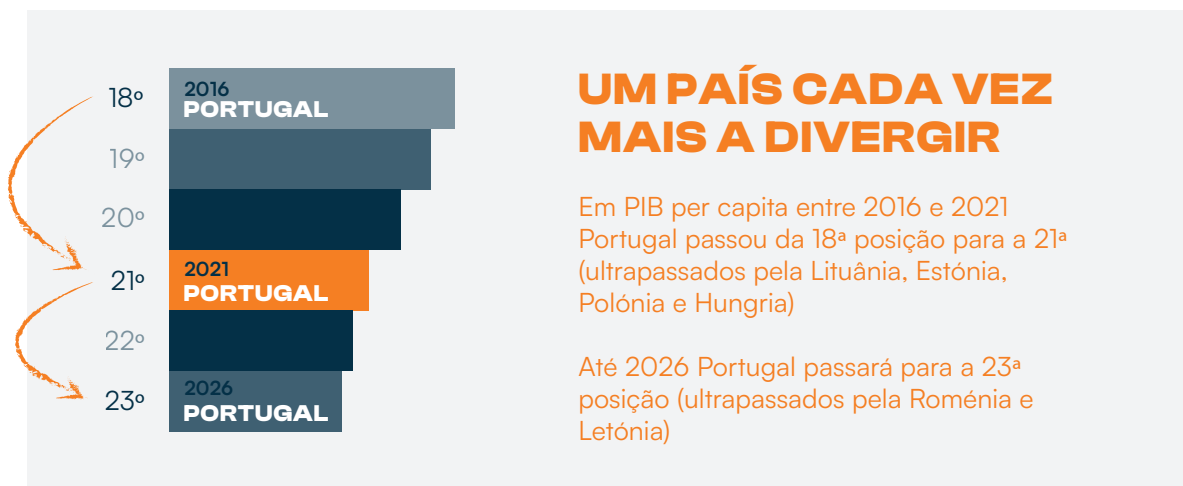
Este é o tempo para pormos “mãos à obra”, para invertermos este ciclo e levarmos o PSD a uma posição maioritária e liderante na vida política nacional. Em nome do superior interesse nacional. Porque sabemos que o País precisa do PSD para encetar as reformas necessárias e para realizar uma democracia política, económica, social e cultural, cumprir os valores da liberdade, igualdade e solidariedade e atingir os objetivos de criação de riqueza e bem-estar em que acreditamos.

O PSD é, no contexto político nacional, a única verdadeira alternativa política ao Partido Socialista. Deve, portanto, assumir na plenitude essa responsabilidade patriótica. Uma democracia saudável vive melhor quando os eleitores podem optar entre duas soluções potencialmente maioritárias e quando os governos em funções são escrutinados e responsabilizados de forma firme e clara. Não faz, portanto, sentido que o PSD se subalternize na mera expectativa de que poderá influenciar as políticas socialistas. O País tem muito mais a ganhar com um PSD que seja oposição efetiva e alternativa construtiva, do que uma qualquer muleta que perpetue o imobilismo socialista com o pequeno ganho de mitigar alguns dos erros daquela governação.

Este posicionamento estratégico em nada colide com o sentido de responsabilidade subjacente ao acompanhamento de determinadas áreas críticas que careçam de uma abordagem suprapartidária e que visem perdurar para lá de governações conjunturais. Nesse aspeto, o PSD estará hoje como sempre na intervenção pública com responsabilidade, exigência e defesa do interesse nacional.

O PSD é a única alternativa ao PS, com um projeto político claro para o País.

O PSD é o partido personalista e reformista, de matriz popular e democrática. A social-democracia portuguesa é hoje, como ontem, a nossa via. O PSD é a grande casa da alternativa não socialista, que sempre soube envolver e potenciar sinergias e contributos de pessoas e visões não-socialistas, moderadas e europeístas, que acreditam na iniciativa individual e na economia social de mercado, mas que reconhecem um papel importante ao Estado e impõem uma forte consciência social em toda a ação política. O PSD sabe que a riqueza se cria com a iniciativa privada, mas sabe que o Estado



desempenha um papel insubstituível a regular os mercados, a redistribuir a riqueza, a garantir oportunidades para todos e a agregar e consolidar um projeto nacional de progresso e desenvolvimento. E o PSD revê-se na capacidade de iniciativa do setor social, designadamente, nas áreas da educação, da saúde, da cultura, da solidariedade intergeracional, da ação social e de várias atividades económicas.

Portugal precisa desta alternativa à ideologia estatizante e ao dirigismo da governação socialista que nos tem conduzido à estagnação, ao empobrecimento e se caracteriza pela falta de ambição. Um poder esquerdista que visa oprimir a sociedade pelos agentes do Estado normalmente capturados pelo mero projeto partidário de dependências e de rendas garantidas.

Portugal precisa que o PSD seja essa alternativa que valoriza a liberdade e a autonomia da sociedade civil e protege o Estado da captura por interesses particulares ou partidários e a sociedade de interesses políticos e económicos. Esta diferenciação clara entre duas alternativas de governação para Portugal torna-se redobradamente premente neste momento em que o Partido Socialista detém uma maioria absoluta no Parlamento, se confunde cada vez mais com a esquerda radical e com o próprio aparelho de Estado.

Dificuldades e ameaças

Tal como o Mundo e o País, o PSD vive um período extraordinariamente desafiante. Pelas dificuldades que enfrenta, mas também pelas oportunidades de que dispõe; pela preocupação que suscita, mas também pela esperança de poder criar e dar a Portugal uma Nova Ambição.

Acreditar

Importa começar por reconhecer as dificuldades: o PSD tem vindo a perder eleitorado, tem hoje um afastamento de grupos demográficos (designadamente os eleitores mais velhos, os de mais baixas qualificações e os funcionários públicos, mas também o eleitorado mais urbano, apesar de mitigado com algum reforço no eleitorado mais jovem e com melhores qualificações, que queremos igualmente fazer crescer), perdeu parte da capacidade de envolver os mais dinâmicos e reconhecidos quadros da nossa sociedade, criou dificuldades na compreensão do que representa, e não tem sido suficientemente capaz de dar voz aos legítimos descontentamentos com os fracassos de décadas de (des)governação socialista. Adicionalmente, o Partido Socialista prossegue o seu projeto de controlo da Sociedade pelo Estado e do Estado pelo Partido. A governação Socialista

tem condenado o país à estagnação e ao empobrecimento relativo, à destruição dos serviços essenciais do Estado, à falta de horizontes de esperança, para que o PS continue a gerir o curto-prazo e a redistribuir com critérios eleitorais, ao mesmo tempo que vem destruindo a cultura de responsabilidade política em Portugal, surpreendendo-nos sucessivamente com o branqueamento das mais graves falhas do Estado.

Por outro lado, o PSD enfrenta uma mudança essencial nas condições de concorrência à sua direita. No lugar de um outro partido (o CDS) de vocação compromissória, emergiram partidos de ofertas especializadas e populistas que procuram fazer caminho num tempo histórico de excessiva competição e de indisponibilidade para compromissos moderados.

Esta nova realidade, porém, não pode, nem deve, desfocar-nos da nossa visão e missão: liderar a alternativa política ao Socialismo e ao PS. O PSD tem de ser a casa daqueles que votaram PS nas últimas eleições e se vão frustrando ou desiludindo, ao mesmo tempo que deve acolher aqueles, que por razões conjunturais, expressaram o seu voto à nossa direita.

Nesse trabalho, de ampliação da nossa base eleitoral, nunca ultrapassaremos as linhas nucleares dos nossos valores e princípios.

Mas não contem connosco para distrair o PSD com discussões estéreis a propósito de um imaginário e extemporâneo diálogo com partidos como o Chega.

Faze-lo é fazer um frete ao PS.

Connosco, o PSD não se vai descaraterizar, mas também não será cúmplice da perpetuação do PS no poder.

78%
74%

**COM ESTE GOVERNO
TEMOS UM PAÍS
CADA VEZ MAIS
POBRE**

Em PIB per capita entre 2016 e 2019 Portugal
passou de 78% da média Europeia para 74%

Oportunidades e desafios

Felizmente há também oportunidades únicas e razões de acreditar e ter esperança no futuro.

Primeira, o Partido Socialista nada tem para oferecer ao País, nenhuma transformação a realizar, apenas mais da mesma continuidade na estagnação relativa e no imobilismo. O PS continua com a mesma receita e com as mesmas pessoas que construíram mais de duas décadas de empobrecimento relativo, e que nos últimos sete anos desperdiçaram uma oportunidade única, mas que só podem continuar a dar o mesmo triste resultado.

O País não aguenta essa estagnação por muito mais tempo. O socialismo é estagnação e agora, que tem maioria absoluta, esgotaram-se as desculpas do PS.

Segunda, o extremismo da esquerda radical está cada vez mais revelado, e com ele a hipocrisia socialista que tudo aceita, tudo branqueia, tudo finge para conseguir manter-se no poder.

Terceira, à nossa direita não existe um projeto global, equilibrado para o País que somos, e as suas ofertas são tantas vezes socialmente inaceitáveis e injustas e/ou moral e humanamente inadmissíveis. No espaço do centro e direita só o PSD é portador do modelo da economia social de mercado que os Portugueses merecem.

Quarta, o PSD continua a ser o único grande partido não socialista em Portugal. Nunca é demais lembrar que o PSD é grande e forte nas representações parlamentares nacionais e europeias, nas governações regionais e autárquicas, nas suas estruturas e equipas partidárias, e na presença e confiança dos portugueses. Os Portugueses continuam a expressar e a acreditar que o PSD é a única verdadeira alternativa e caminho para virar a página do socialismo em Portugal. Este ponto de partida, a força dessas equipas e dessa identidade nada dão por garantido para o futuro, mas muito permitem e sustentam.

Quinta, o PSD é o mais forte partido no voto dos mais jovens e mais qualificados. Sendo isso um fator de esperança, não pode ser razão para esquecer os demais. É, contudo, um excelente ponto de partida para um partido que se quer nacional, interclassista, intergeracional e ambicioso.

Sexta, as últimas eleições regionais e autárquicas deram sinais encorajadores da recuperação do PSD em todos os territórios nacionais. Mas isso contrasta com os resultados das legislativas que deram sinais preocupantes sobre a adesão eleitoral ao PSD em alguns territórios, especialmente da Área Metropolitana de Lisboa e a Sul do Tejo. É, portanto, fundamental seguir o exemplo e aproveitar a oportunidade dos bem sucedidos projetos regionais e locais do PSD nas regiões autónomas dos Açores e Madeira, na capital do país, em tantas capitais de distrito e em vários municípios, incluindo no Alentejo. O PSD tem de recuperar a sua vocação e presença de grande partido de todo o território nacional, continental e insular, de norte a sul, urbano, periurbano e rural, e junto das comunidades portuguesas emigrantes.

Sétima, as dificuldades do ciclo político — incluindo uma longa legislatura de maioria absoluta pela frente — podem ser transformadas em oportunidades. Aproveitando a qualidade do seu Grupo Parlamentar, o PSD pode afirmar a liderança da Oposição e Alternativa. Apostando no reformismo, inovação e criatividade na sua ação política pelo País fora, o PSD tem tempo e condições para se renovar e chegar muito mais próximo dos Portugueses, lá nos seus espaços e territórios físicos e digitais onde vivem, trabalham e socializam.

O PSD tem, portanto, plenas oportunidades para construir uma Nova Ambição para Portugal.

O caminho não é o dos partidos extremistas, nem o do extremo imobilismo e esquerdismo do PS.

3. UMA NOVA GERAÇÃO: REINVENTAR A CULTURA POLÍTICA

PSD como o novo PPD

O caminho é acreditar e afirmar o PSD como o novo PPD, o grande partido popular português, o único capaz do reformismo europeísta e moderado que pode oferecer uma **Nova Ambição para Portugal**.

Temos um profundo orgulho na nossa História, nos nossos líderes, em todos os nossos Primeiros-Ministros e em como desenvolveram, recuperaram e libertaram Portugal. Ao contrário de outros, não nos envergonhamos, nem precisamos de pedir desculpa aos Portugueses por terríveis erros históricos.

Entretanto Portugal e o Mundo mudaram muito, e com eles, os problemas, os desafios e o atraso relativo do País. Também o PSD mudou nas suas dificuldades e oportunidades, e está prestes a viver a sua maior transição geracional em mais de três décadas.

Uma Nova Geração de protagonistas tem a oportunidade e o dever de regenerar o PSD de acordo com a sua identidade, vocação e missão como o grande partido popular português.

No entanto, assumir-se como o grande partido popular português implica desde logo duas exigências.

Primeira, que o PSD agregue e lidere o espaço não socialista, reunindo moderados e retomando a tradição do PSD como casa comum de sociais-democratas, liberais, conservadores e democratas cristãos.

Segunda, o PSD tem de se reassumir como o partido das pessoas e das respostas para necessidades reais e concretas, humanista, interclassista e solidário, reformista e moderado, ambicioso e dinamizador da capacidade de iniciativa, europeísta construtor de uma plena economia social de mercado.

O PSD reconhece e compreende o profundo descontentamento e sentimento de abandono de tantos e o distanciamento crescente que sentem face à classe política. O cultivo do conhecimento e de profundas e inovadoras propostas de políticas públicas, o reconhecimento da complexidade do mundo real, e a abertura ao progresso e à modernidade, à globalização e à integração europeia de nações são fundamentais. Mas não podem tornar-se desculpas para a incoerência dos políticos, nem para o esquecimento ou silenciamento dos que têm mais necessidades, medos e inseguranças. Não podem ser justificações para privilegiar o caminho daqueles com mais proximidade ao poder político, económico, mediático ou desportivo. Nem podem prender o PSD a uma articulação discursiva cheia de abstrações teóricas, mas sem declinação na vida,

necessidades reais e aspirações das pessoas concretas.

O PPD de sempre soube ir pelo País, de terra em terra, falando para todos, mobilizando os melhores, de todos os grupos, de todos os estratos e classes sociais, gêneros, saberes, raças e credos.

Esse PPD, o grande partido popular, novo e de sempre, é a única resposta decisiva e sustentável às propostas populistas que exploram o crescente distanciamento entre a classe política e as pessoas.

Foi no imobilismo e ilusionismo socialista e na abdicação e indiferenciação da oposição que cresceram os populismos. Só o PPD/PSD como grande partido popular pode oferecer as soluções concretas, reformistas e moderadas, que atendem às necessidades de todos e dão resposta aos legítimos descontentamentos de vários milhões de esquecidos.

Só o PPD/PSD, como grande partido popular, tirará do esquecimento político: os jovens que após tanto estudo só encontram empregos precários e mal pagos que não chegam para pagar casa; os mais idosos com pensões baixas agora engolidas pela inflação e que desesperam com a falta de acesso a cuidados de saúde e o seu isolamento na comunidade; os empresários esmagados por impostos e pela burocracia do Estado; os trabalhadores condenados a um país de baixos salários, impreparado para as transformações tecnológicas e das relações laborais e sem capacidade para a sua requalificação ao longo da vida; os contribuintes frustrados por pagarem ao Estado a maior carga de impostos de sempre para dele receberem de volta serviços públicos cada vez com menos qualidade; os milhões de portugueses que nascem e morrem pobres ou em permanente risco de pobreza; todos os que vivem frustrados por não conseguirem subir na vida e observarem como mais de duas décadas de socialismo atiraram Portugal cada vez mais para a cauda da Europa, criando cada vez menos oportunidade para mudarmos o nosso destino coletivo e individual.

Portugal não é isto, nem tem de ser isto, como já Sá Carneiro alertava.

Os Portugueses merecem e podem acreditar numa Nova Ambição, coletiva e individual.

Portugal na linha da frente da Europa

Agora, não há nem pode haver confusão entre um partido popular e os movimentos e partidos populistas.

No PSD não fazemos cedências nem transigimos nos valores essenciais da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da igualdade e não discriminação, da solidariedade, da tolerância e respeito pela diferença. Não há, como nunca houve, espaço no PSD para racismo, xenofobia, discriminações, nacionalismo ou o extremismo, nem para ódios de classe, ditaduras do politicamente correto, nem agendas ideológicas totalitárias de esquerda ou de direita.

Aliás, em Portugal o partido que tomou e exerceu o Governo do País apoiado em partidos extremistas, cúmplices de agressores totalitários e sanguinários, impositores da

não-liberdade, foi o Partido Socialista. O Partido Socialista não pode continuar a tentar enleiar outros em conjecturas de fronteiras de admissibilidade política que servem as suas intenções de perpetuação no poder, sem antes pedir desculpa aos Portugueses por ter governado suportado no apoio de radicais de esquerda cujo extremismo, as suas posições sobre a invasão da Ucrânia apenas vieram desmascarar. Quando assumirá o Partido Socialista a sua responsabilidade pela parceria com os partidos da extrema-esquerda e parará com a sua tentativa de promoção mal disfarçada de populistas de direita?

Mas é também fundamental deixar claro que para o PSD não existem uns portugueses eleitores de primeira e outros de segunda, em função do seu último voto partidário.

Devemos saber ouvir, escutar e procurar servir e mobilizar todos os Portugueses. Ninguém pode ser medido e muito menos esquecido em função do partido em quem votou antes, seja ele qual for. Os eleitores não são cativos de nenhum partido, não são confundíveis com as direções e líderes pontuais do partido em que em algum momento votaram. São todos portugueses livres e responsáveis pelas suas escolhas.

Como grande partido português, o PSD deve escutar todos e falar para todos os eleitores.

A missão do PSD é acreditar em construir e liderar uma maioria e procurar mobilizar cada português para o seu projeto de alternativa reformista, europeísta e moderada, e de firme e clara diferenciação face tanto ao extremo imobilismo socialista, como aos extremismos quer de esquerda quer de direita.

O caminho do PSD é próprio e o único capaz de cumprir uma Nova Ambição para Portugal.

A síntese diferenciadora do Reformismo Europeísta e Moderado

O PPD/PSD tem na sociedade portuguesa o papel e capacidade únicos de construir e oferecer a síntese diferenciadora capaz de transformar Portugal.

A síntese entre liberdade e igualdade; entre reformismo e moderação e segurança; entre ambição e solidariedade; entre a libertação e a potenciação da capacidade de iniciativa, do esforço e do mérito e o reconhecimento e valorização de um papel fundamental do Estado; entre os valores nacionais que também são vocação e valores europeístas; entre a autonomia do indivíduo e a importância das comunidades sociais em que nos inserimos, começando pela família; entre a identidade nacional e a abertura ao mundo e a integração dos novos portugueses e dos não portugueses.

Só o PSD é capaz de interpretar e combinar, por um lado as necessidades de reforma, de modernidade e de abrir e transformar Portugal num dos melhores da Europa, com, por outro lado, a indispensabilidade de atender e puxar pelo mais frágeis, esquecidos e deixados para trás.

Só o PSD é capaz de materializar um projeto europeísta, em que somos atores desse destino coletivo e realizadores de uma verdadeira economia social de mercado.

O PSD, com os seus valores, identidade, história e nova geração, tem uma capacidade única de compreender aqueles que desconfiam das aspirações mais modernas, globais e cosmopolitas como se fossem luxos, quando nem sequer as suas necessidades básicas, a sua sobrevivência, trabalho, casa, saúde e educação estão assegurados. E tem também a capacidade única para partir dessa compreensão, não para o ilusionismo ou igualitarismo de miséria como os socialistas, nem para o cultivo do revanchismo político e do populismo, mas para criar um projeto político que ofereça uma síntese reformista, moderada e solidária.

O PSD acredita em regenerar os seus líderes e protagonistas, a sua organização e funcionamento, a sua mensagem e comunicação, os seus espaços e canais de intervenção junto dos portugueses e vai voltar a afirmar-se com a alternativa firme e responsável ao socialismo que definha o País, e vai ser o primeiro a inaugurar uma nova forma de fazer política.

É tempo de os Portugueses poderem voltar a aspirar a um lugar entre os povos mais desenvolvidos do mundo, em rendimento, riqueza, competitividade e prosperidade, qualidade da democracia e dos serviços públicos, ausência de corrupção, e acesso e qualidade da saúde e segurança para todos e que façam a diferença. Portugal tem que voltar a subir, em vez de continuar a descer na Europa.

Mas é tempo também de cada português individualmente poder ter a expectativa e a possibilidade de subir na vida. O elevador social agora avariado tem que voltar a funcionar, e a Mobilidade Social tem de ser um grande desígnio nacional.

Para o PSD, o fim último do seu projeto reformista moderado, da resolução dos problemas concretos e da sua Nova Ambição, é a dignidade da pessoa humana e a sua liberdade e possibilidade de construir o respetivo projeto de felicidade.

4. PORTUGAL: RESPEITAR O PASSADO, DESAFIAR O PRESENTE E RELANÇAR O FUTURO

Portugal como nação com quase 900 anos de História deve ter orgulho no seu passado, enfrentar os desafios do presente e relançar o futuro, ambicionando mais e melhor para os Portugueses.

Após a entrada de Portugal no espaço Europeu em 1986, o país teve uma profunda transformação social e económica. De um país pobre, atrasado e deficitário em muitas áreas, da educação à saúde, passando pelas infraestruturas, Portugal encetou um caminho de mudança, construção e transformação notáveis. O país aproximou-se dos padrões Europeus em muitas áreas, desde as infraestruturas (saneamento e água, transportes, educação e saúde), até a resultados extraordinários em indicadores fundamentais do desenvolvimento social, como a redução da taxa de mortalidade infantil, a redução da taxa de analfabetismo, o aumento da esperança média de vida e a redução progressiva do fosso que nos separava em termos de ensino e formação. Entre 1986 e 2000 a economia Portuguesa cresceu, em média, acima dos 4% e convergiu quase 15 p.p. face à média da Europa. Isso permitiu ultrapassar a Grécia. Em 1994 (antes do alargamento a três países mais ricos que Portugal: Áustria, Finlândia e Suécia), Portugal já não era o último dos 12 países da então CEE, tinha passado para 11º.

Contudo, a partir de 2000, apesar de o país assistir a uma forte transformação social, cultural e de educação, a economia Portuguesa não foi capaz de continuar a crescer e convergir face à média Europeia. Apesar de em vários indicadores, Portugal ter melhorado (no nível de escolaridade e de habilitações, bem como nas infraestruturas ou na esperança de vida), a economia Portuguesa estagnou. Entre 2000 e 2019, a economia Portuguesa cresceu, em média, 0,5% ao ano. Trata-se do crescimento mais baixo da União Europeia, com exceção de Itália e Grécia.

Entre 1995 e o final da atual legislatura, o Partido Socialista terá governado 24 anos e o Partido Social Democrata governou 7, mas sempre em emergência financeira, sem a possibilidade de aplicar o seu programa reformista, social-democrata, defensor de uma economia social de mercado.

Esta estagnação económica de duas décadas deixou marcas profundas na sociedade Portuguesa. Logo à cabeça, uma estagnação de rendimentos (o PIB per capita real cresceu nestes 20 anos apenas cerca de 10% em termos acumulados). Isso levou a uma estagnação dos salários (que cresceram menos de 10% em termos reais acumulados) e a um empobrecimento. Portugal tem hoje o 4º salário médio mais baixo da UE e a 2ª mediana mais baixa, apenas à frente da Bulgária (em paridades do poder de compra). Esta estagnação salarial levou a que nos últimos 20 anos, centenas de milhares de Portugueses procurassem alcançar os seus sonhos e construir a sua vida fora do nosso país. Entre esses, estão muitos dos nossos jovens mais qualificados.



A geração mais bem preparada de sempre em Portugal não tem no seu país o futuro que ambiciona e merece. À geração mais bem preparada de sempre não lhe é dada a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e económico de Portugal.

Em Portugal o elevador social deixou de funcionar. Um jovem oriundo de famílias de baixos rendimentos, que estude e trabalhe, não consegue aspirar a sair desta teia de estagnação e pobreza (apenas 10% dos filhos das famílias pobres chegam à Universidade).

A estagnação dos últimos 20 anos trouxe também maiores níveis de desigualdades. Em 1995 a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais era de 37%. Em 2020 era de 43.5%. Um mercado que não funciona, não gera riqueza, e como tal não consegue potenciar o elevador social.

Para combater as desigualdades e a pobreza, num país que não gera riqueza, a solução dos governos Socialistas foi a de aumentar o endividamento público e privado, sobretudo com origem externa, e aumentar a carga fiscal. Em 1995 o endividamento externo era próximo de zero, em 2019 era de 90% do PIB, cerca de 200 mil Milhões €. Hoje, todos (Estado, famílias, empresas e banca) estão muito endividados. E em cima desse brutal endividamento têm que suportar uma carga fiscal nos máximos históricos (passou de 29% do PIB em 1995 para quase 37% em 2021).

Uma economia que não cresce, além de gerar estagnação salarial, emigração, desigualdades e pobreza, endividamento e carga fiscal, gera também um processo de divergência com os restantes países Europeus. **Em 2000, Portugal tinha um rendimento per capita em paridades do poder de compra que era 85% da média da Europa. Em 2021 era apenas de 74%.**

Em 2000 Portugal era o 15º país da União Europeia em termos de PIB per capita. Hoje é o 21º, e as previsões indicam que no próximo ano a Roménia e a Letónia poderão ultrapassar-nos, relegando o nosso país para 23º em 27. Países de Leste, que quando entraram em 2004, eram muito mais pobres que Portugal, no espaço de 15 anos ultrapassaram-nos. Países como a Estónia, República Checa, Polónia, Hungria, Eslovénia e Lituânia.

O período entre 2016 e 2019 (pré-pandemia), foi uma oportunidade perdida. A uma economia a crescer e o desemprego a descer desde meados de 2013 (durante a governação do PSD/CDS), somou-se uma política expansionista do BCE desde meados de 2015, que colocou os juros dos países da zona Euro em valores negativos ou próximos de zero, facilitando assim a redução do défice via uma diminuição dos valores dos juros da dívida pública. Esta conjuntura muito favorável foi desperdiçada por um governo encostado à extrema-esquerda, um PS sem capacidade reformista e simplesmente empenhado a gerir o governo para se manter no poder.

A economia Portuguesa cresceu, entre 2016 e 2019, um pouco acima da média Europeia, apenas porque a média Europeia foi bastante baixa por via de um crescimento anémico dos quatro maiores países (Alemanha, França, Itália e Espanha), por contraponto à generalidade dos países mais diretamente concorrentes de Portugal. Adicionalmente, a economia Portuguesa cresceu nesse período fruto de estar a crescer desde 2013 (depois de 6 anos de recessão) e das reformas estruturais levadas a cabo no período 2011-2015. Basta ver que em 2019 houve 14 países que cresceram mais que Portugal; que em 2020 a quebra do PIB foi a 4ª maior da Europa e bem acima da média e que Portugal tem a 2ª economia que recupera mais lentamente os níveis do PIB pré-pandemia de 2019. Também entre 2016 e 2021, Portugal passou da 18ª para a 21ª posição em termos de PIB per capita. Nestes últimos 6 anos, Portugal baixou de um rendimento de 78% da média Europeia para 74%. A recuperação de rendimentos foi tímida (entre 2015 e 2020 foi a 14ª taxa de crescimento de remuneração média em paridades do poder de compra). O governo tem-se focado no aumento do salário mínimo, sem que isso tenha particular efeito no salário mediano, e fazendo com que cerca de 25% dos Portugueses que trabalham vivam hoje com a remuneração mínima (em 2000 eram apenas 5%).

Agora que a política monetária do BCE está em inversão, com a subida da inflação e das taxas de juro, o governo mostra-se incapaz de responder aos novos desafios, agravados pelo conflito na Ucrânia.

O PS é, desde há mais de duas décadas, o partido da oportunidade perdida para Portugal.

Ao olhar para os programas eleitorais e de governo e para os discursos deste PS percebe-se que não têm nada de novo para oferecer, nenhuma ideia mobilizadora, num caminho de transformação nacional. A receita é a mesma de sempre, que continuará por isso a gerar os mesmos dececionantes resultados.

7ª maior carga fiscal sobre o trabalho no país com os salários dos mais baixos da União Europeia

3ª maior dívida pública

4º sistema fiscal menos competitivo da OCDE

**COM ESTE GOVERNO,
UM ESTADO CADA VEZ
MAIS “SUFOCANTE”**

COM ESTE GOVERNO TEMOS CADA VEZ MAIS DESIGUALDADES

Risco de pobreza antes das
prestações sociais: 43%

Desemprego jovem superior a 20%

20%

dos Portugueses que trabalham são pobres

25%

dos Portugueses que trabalham
ganha o salário mínimo

Para colocar de novo Portugal a crescer e com isso gerar riqueza para melhores salários e rendimentos e melhores serviços públicos, apoiando mais e melhor os mais necessitados, precisamos de um projeto reformista, europeísta e ambicioso. Precisamos de uma **Agenda** que seja moderna e sustentável.

Precisamos de ter uma **Agenda Institucional**: reforçar a qualidade e a independência das instituições, desde o sistema político, protegendo-o dos extremismos de direita e de esquerda, e do Estado salvaguardando-o do partidarismo e captura por alguns privilegiados; reformar a Justiça, os reguladores, as forças de segurança e as Forças Armadas; melhorar a qualidade dos serviços públicos, em especial da Saúde, Educação e o acesso à Habitação.

Precisamos de ter uma **Agenda Geracional**: apostar cada vez mais nas pessoas, no Capital Humano e na formação: melhorando a qualidade de ensino de todos os níveis, apostando num país virado para o conhecimento e a ciência, trazendo muitos dos nossos compatriotas que emigraram nos últimos 20 anos, atraindo pessoas qualificadas de todo o mundo, que em Portugal queiram construir a sua vida e ajudar-nos a tornar este país mais próspero e menos desigual beneficiando as gerações mais novas assim como as mais velhas. Precisamos transformar novamente o ensino e a escola no verdadeiro elevador social, como nos anos 70, 80 e 90.

É preciso também fixar os nossos jovens e o seu talento, garantido que eles têm em Portugal as condições para concretizar os seus sonhos e ambições e não precisam de emigrar. Para isso, sugerimos já uma medida estrutural: uma taxa máxima de IRS de 15% para os jovens até aos 35 anos.

Temos de ter uma **Agenda para o crescimento económico**: uma agenda de crescimento, mas garantindo que ninguém fica para trás. Potenciar a economia nacional, mas sem descurar o apoio ao próximo e aqueles que mais necessitam. Só uma economia que gere riqueza permite melhores e mais qualificados empregos e salários e os recursos públicos para redistribuição e para sustentar e melhorar o Estado Social. Para isso precisamos de uma agenda de crescimento que encete as reformas estruturais que mitiguem os “estrangulamentos” da competitividade e da produtividade.

Precisamos de ter uma **Agenda para a Transição Climática e Tecnológica**: um país moderno, que aposte na transição ecológica, climática e energética. Que potencie os recursos endógenos, fomentando a eficiência energética e a aposta nas energias renováveis. Que alie a sustentabilidade climática a uma economia dinâmica. Mas um país

que aproveite a enorme oportunidade dada pela transição digital, mitigando os efeitos da sua localização geográfica periférica. Que potencie a digitalização na sustentabilidade geracional, no conhecimento, na ciência e na criação de valor.

Os processos de transição digital, energético e climático devem ser objeto de um Pacto Nacional que envolva os órgãos de soberania, a administração regional e local, a academia e os parceiros sociais, projetando e calendarizando os objetivos a atingir no médio e longo prazo.

Precisamos de ter uma **Agenda Social**: reduzindo as desigualdades, quer no mercado, quer através de um Estado Social mais eficiente, mas também mais capaz de mitigar as desigualdades, a pobreza e a exclusão, não esquecendo os mais idosos. Um país com cada vez maior igualdade de género, sem discriminação e com uma forte agenda de imigração (com um sistema baseado em pontos como em países como o Canadá), capaz de captar os melhores para viverem em Portugal, integrando-os numa sociedade, que histórica e culturalmente, sempre foi pacífica, acolhedora e multicultural.

Precisamos de ter uma **Agenda de Coesão Territorial**: defendendo um desenvolvimento harmonioso do ponto de vista territorial. Travando a elevada desertificação do interior e a excessiva concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Reduzindo o fosso salarial entre litoral e interior. Promovendo investimento público e privado nas regiões mais deprimidas do ponto de vista populacional. Defendendo intransigentemente a descentralização e a redução do centralismo do poder.

Precisamos de ter uma **Agenda de Afirmação Externa**: reforçar a participação de Portugal nas instituições Europeias e internacionais. Mas sobretudo potenciar o enorme espaço da Lusofonia e da Diáspora Portuguesa. Tornar Portugal, os países Lusófonos e as comunidades Portuguesas numa entidade una, coesa e que potencie todo o valor do país e dos Portugueses, onde quer que eles estejam.

Portugal tem futuro se os Portugueses o quiserem e se estivermos todos disponíveis para trabalhar para o bem do país. Portugal tem futuro se inverter este caminho para a pobreza e se libertar das amarras socialistas.

Portugal tem futuro se todos nós, os portugueses, como equipa, e com uma liderança dinamizadora, acreditarmos e lutarmos pela sua transformação num país com mais liberdade, mais iniciativa, mais dinâmica, quer económica, quer social, em que todos vemos os desafios como oportunidades de crescimento e superação, e assim, finalmente, termos a esperança de ter encontrado o caminho certo para o futuro de todos nós!

Uma visão de futuro em que o crescimento económico e a criação de riqueza estão ao serviço do bem-estar e da busca individual pela felicidade, numa abordagem que integre as perspetivas sociais, económicas e ambientais.

Grande parte dos Portugueses deparam-se com desafios e ansiedades relativas à gestão do seu tempo, da conciliação da vida familiar, profissional, do lazer e da cultura. O poder político e um partido humanista como o PSD não pode descurar esta dimensão. A sustentabilidade ambiental e económica, a vitalidade dos projetos comunitários e do terceiro setor, a garantia dos cuidados de saúde, o incentivo a estilos de vida saudáveis, o consumo responsável, a promoção da cultura, a criação artística, os tempos de lazer, o associativismo social são dimensões que devem ser conciliadas, numa nova geração de políticas públicas. Um novo paradigma, que envolva estes parâmetros e a sua avaliação, consubstancia-se na **adoção do índice de Felicidade Interna Bruta (FIB)**, como elemento de aferição dos resultados da ação governativa, à semelhança do já experimentado em outros Países desenvolvidos e como reconhecido pelas Nações Unidas.

5. SETE PRIORIDADES PARA UM MODELO SUSTENTÁVEL PARA PORTUGAL

5.1. Uma Agenda Institucional: Estado, Instituições e Serviços Públicos ao serviço dos Portugueses

O Estado, as Instituições e os serviços públicos são um importante mecanismo ao serviço dos cidadãos para satisfazer as necessidades coletivas.

Precisamos libertar a sociedade do peso excessivo que o Estado ganhou, para garantir um equilíbrio na relação do Estado com o indivíduo, preconizando a visão humanista e personalista do PSD. Compete ao Estado garantir as condições para cada um procurar realizar as suas ambições para ser feliz.

Queremos um Estado que valorize a liberdade, a criatividade e a inovação que emergem da sociedade. Queremos um Estado que cumpra as funções de soberania. Mas queremos também um Estado que atue como regulador e supervisor. Igualmente, compete ao Estado promover o elevador social, um contrato social que garanta igualdade de oportunidade e que ninguém fique para trás.

Um Estado que valorize as Instituições, que combata a corrupção, que tenha serviços públicos de excelência que sirvam todos os Portugueses.

Instituições fortes, independentes e credíveis

Determinante para a riqueza ou pobreza das nações é a qualidade das suas instituições.

É essencial reestabelecer as condições que garantam uma verdadeira separação de poderes, uma responsabilização total dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

E reforçar o papel dos reguladores, dando-lhes meios e recursos para cumprirem a sua função, tornando-os mais independentes dos poderes políticos e económicos.

O sistema político padece de problemas graves, quer ao nível da abstenção e do distanciamento entre eleitores e eleitos, quer ao nível da representatividade e da capacidade de atrair para cargos públicos os mais bem preparados. Adicionalmente, o sistema político privilegia cada vez mais o mediatismo e as soluções de curto-prazo e não o ímpeto reformista e de transformação estrutural que o país precisa.

O PSD pugnará por uma reforma do sistema político, que permita mitigar os problemas com que hoje Portugal se depara nas suas Instituições.

Por último, não há verdadeira Democracia e Instituições fortes sem um controlo e escrutínio rigoroso por parte da Comunicação Social. Sabemos que as vendas e receitas têm vindo a cair, tornando a profissão e o setor mais difícil. Assim, no interesse de uma sociedade livre, forte, plural e democrática é preciso criar medidas que ajudem os media a serem sustentáveis e cumprirem o seu papel fiscalizador do poder e informativo dos cidadãos.

Administração Pública

A Administração Pública (AP) não pode ser vista como uma estrutura ao serviço do Estado nem, muito menos, de conjunturais interesses ideológicos ou político partidários. Deve ser totalmente instrumental na missão de servir os cidadãos, não constituindo um fim em si mesma. Por isso, um crescimento desmesurado de uma Administração Pública pesada, burocrática, fechada, que não sirva os cidadãos é não apenas inútil como contrário à Constituição e potencia o surgimento de práticas menos transparentes, tornando-se terreno fértil para a corrupção.

A AP é hoje um “gigante”, pouco eficiente, por regra mal gerido, e onde quer funcionários, quer utentes se sentem defraudados e pouco motivados. A fraca qualidade e eficiência dos serviços públicos tem consequências, quer nas famílias, sobretudo as de menores rendimentos, que muitas vezes não têm alternativas, quer na economia, na competitividade das empresas.

Precisamos modernizar a AP, com novos modelos de organização e gestão dos recursos e processos, passando de uma AP organizada verticalmente (em pirâmide) para uma AP organizada em rede, flexível e eficiente, com objetivos definidos e indicadores de desempenho e sucesso, permitindo a comparabilidade com outros serviços e prestadores. Para isso, a reforma das Finanças Públicas e da Gestão Financeira do Setor Público é fundamental para dotar os gestores públicos dos instrumentos e da informação que precisam para gerir os serviços públicos. Uma AP que aposte e tire partido das novas tecnologias e da digitalização. Que promova uma profunda reforma e melhoria das carreiras e das condições remuneratórias (incluindo prémios de desempenho), com um modelo de avaliação, atraindo alguns dos melhores quadros do país.

A transparência no funcionamento da Administração Pública é também um princípio fundamental. Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração sobre o andamento dos processos em que sejam interessados, bem como o de conhecer as decisões que sobre eles sejam tomadas, de perceberem os fundamentos dessas decisões e de serem informados dos seus direitos e eventuais meios de reação que possam utilizar.

É fundamental credibilizar o Estado. Assegurar a integridade das instituições, do poder político, dos reguladores e das demais autoridades públicas. Urge reestabelecer uma efetiva separação de poderes e combater situações de conflitos de interesses, reforçando a independência dos poderes que escrutinam o poder político. Cabe garantir a existência e, sobretudo, real aplicação de formas de responsabilização de desvios de interesse público, sob qualquer forma, que tenham lugar ao nível da Administração.

O nosso desenvolvimento coletivo depende de um Estado — e de uma Administração Pública — que cuide dos seus cidadãos.

Um Estado que assegure cuidados de saúde a todos, não deixando ninguém para trás, sem cegueiras ideológicas, e que saiba trabalhar tanto com o setor público como com o setor privado e o setor social, certificando o melhor serviço independentemente da natureza do prestador. Que garanta que os serviços de saúde não entrem em colapso e não são geridos permanentemente em modo de crise ou pré-ruptura, como se viu durante a terrível pandemia que nos assolou.

Um Estado que assegure a educação das crianças, como forma de garantir o elevador social, o desenvolvimento das competências tão necessárias para fazer avançar o nosso País e a prevalência do mérito.

Um Estado moderno, que seja um promotor de desenvolvimento e uma incubadora de inovação e tecnologia, capaz de posicionar Portugal no topo dos melhores rankings e não no fundo da pirâmide, para onde o Partido Socialista o relegou.

Um Estado que promova a justiça e o bom funcionamento da Administração Pública. Que ajude os cidadãos e as empresas a gerar riqueza e não seja um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Precisamos de um Estado que construa um sistema judicial que funcione bem e muito mais depressa do que hoje temos, tratando todos por igual, sem olhar a quem, e que se posicione como um sistema judicial irrepreensível e não suscetível a pressões e perceções públicas. A Justiça é um imperativo constitucional não apenas como forma de garantir o Estado Social de Direito e os direitos individuais de cada um dos cidadãos, mas também como forma de assegurar riqueza e garantir a quem investe em Portugal, estrangeiro ou nacional, que os direitos que a lei lhes atribui, são respeitados e efetivos.

Um Estado ao serviço das pessoas, da dignidade humana, dos direitos fundamentais, do direito à procura da felicidade.

O combate à corrupção no centro da ação política

Um Estado que combata eficazmente a corrupção é vital para o funcionamento da Democracia e a satisfação dos eleitores com o sistema político e o país. A corrupção e os seus filhos menores, o compadrio e o amiguismo, são os maiores inimigos da meritocracia e da lógica contemporânea da igualdade entre os cidadãos. Têm a infeliz capacidade de subverter o talento, de viciar as regras arejadas e higiénicas da mobilidade social e de emprestar a todas as escolhas o estigma da suspeição e da indignação. Mais ainda, a corrupção é o fenómeno que mais atrasa o desenvolvimento humano e entorpece a renovação social e económica. Não por acaso, os países onde a corrupção é menor contam-se como aqueles que conseguem facultar melhor qualidade de vida aos seus cidadãos.

O alargamento da corrupção em Portugal não se resolve nem se estanca com novas leis. Sem prejuízo das atualizações e evoluções necessárias, melhor seria se aquelas leis que agora temos fossem devidamente cumpridas. E não o são porque as autoridades

judiciárias e judiciais não dispõem de capacidade suficiente para o fazer. O caminho passa por colocar como primeira prioridade a dotação, às polícias e aos tribunais, de meios e de instrumentos capazes de aplicar as leis já existentes, de agilizar os procedimentos imprescindíveis nessa luta, de eliminar os obstáculos burocráticos e financeiros que **desanimam aqueles que têm como missão tornar Portugal num país onde o mérito e as capacidades de cada um sejam o verdadeiro e inequívoco impulsionador dos cidadãos e das empresas.**

O combate à corrupção deve ser uma prioridade, nomeadamente refletida na **criação de uma agência anticorrupção** altamente especializada e com poderes efetivos de investigação e coordenação, prossecução criminal e sensibilização, dando um sinal visível de combate à criminalidade de colarinho branco em Portugal.

Também nesta área, o PSD não se encolherá no comodismo de não afrontar os interesses instalados. Teremos a coragem de mudar, de inovar e de atualizar.

Defesa Nacional

A guerra da Ucrânia veio demonstrar cabalmente a importância que as Forças Armadas têm e que sempre fez parte do património do PSD. Portugal necessita de modernizar e reformar as suas Forças Armadas, de forma a garantir a defesa do território nacional, sobretudo face às novas ameaças do terrorismo e do ciberterrorismo, mas também a contribuir o nosso papel no âmbito da NATO e da participação em missões internacionais. **A reforma das Forças Armadas** passa por melhorar substancialmente as condições remuneratórias e de contratação, sobretudo ao nível de praças, bem como a modernização dos equipamentos militares.

O País deve desenvolver uma estrutura tecnológica e industrial de defesa e deve apostar na investigação aplicada nas questões de defesa, apoiando e contando para tal com a indústria e universidades nacionais. No seio das forças armadas, e perante as evoluções sociais, ambientais e geopolíticas, deve-se aprofundar-se a capacitação ao nível da gestão de crises, de diferente natureza.

Em paralelo à consolidação dos ramos tradicionais, impõe-se a necessidade urgente de criação de uma estratégia de Ciberdefesa, Cibersegurança e de Segurança Digital, que se concentre na especificidade deste relevante campo de ação. Este é hoje um espaço crescentemente privilegiado para tensões geopolíticas e onde se afirmam as ameaças mais significativas.

Segurança e proteção civil

Em matéria de **segurança interna**, Portugal é um país pacífico, com baixos níveis de criminalidade, mas que não deve ignorar problemas também nesta área, sobretudo em termos de deterioração, quer da autoridade do Estado, quer dos meios ao dispor das forças de segurança.

Devemos apostar num plano de investimento efetivo nas áreas de soberania para dotar as nossas forças de segurança e de proteção civil dos meios adequados para desempenhar a sua missão.

De igual modo, na área da **proteção civil**, depois de anos de uma política errada com terríveis consequências, devemos virar a página no sentido de prestigiar aqueles que atuam no terreno e despartidarizar aqueles que estão integrados nas hierarquias operacionais.

Do ponto de vista operacional e do ponto de vista dos equipamentos e recursos, deveremos modernizar a capacidade de resposta a novas ameaças à ordem pública e a novos fenómenos naturais. Por exemplo, ao nível da segurança digital, das políticas migratórias (serviço de estrangeiro e fronteiras), da gestão de crises e de catástrofes, o País deverá atribuir a devida relevância crítica às políticas de segurança e de proteção civil.

Uma saúde ao serviço de todos

O Sistema Nacional de Saúde, englobando o Serviço Nacional de Saúde (SNS), mas também o setor social e os privados, é um pilar fundamental na qualidade de vida dos Portugueses, na qualidade dos cuidados de saúde que são prestados e é um instrumento vital de coesão e de justiça social. A prestação de cuidados de saúde é feita por um modelo misto, de gestão do Estado, mas cuja participação de outros agentes aumenta a oferta, reforçando o sistema. De forma pragmática e realista, a retirada de qualquer destes elementos do sistema colocaria em causa o funcionamento de todo o sistema de saúde português.

A pandemia veio pôr a descoberto as fragilidades do setor da saúde em Portugal. Hoje, uma parte importante dos Portugueses não têm acesso a cuidados de saúde nas condições necessárias. **O SNS é absolutamente fundamental, mas infelizmente tem sido mal gerido. Devemos reforçar os cuidados universais de saúde, investir na prevenção, bem como nos cuidados primários e na criação de programas nas áreas da saúde mental, saúde oral, obesidade e saúde materno-infantil. Dar um médico de família a cada Português é indispensável.** Defendemos o alargamento do sistema SIGIC das listas de espera para cirurgias às consultas de especialidades médicas hospitalares e aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Implementar um programa de apoio ambulatorio aos idosos dependentes e reconhecer a importância, e garantir apoio e formação aos cuidadores formais e informais.

O principal garante da resiliência do Serviço Nacional de Saúde, ante a falta de estratégia, de gestão e de investimento a que assistimos no passado recente, é a dedicação extraordinária e o sentido de missão dos seus profissionais, assim devemos **prestar especial atenção aos profissionais de saúde e às suas carreiras, garantido que o ingresso no SNS e fazer carreira no mesmo, continua a ser algo desejado pelos atuais e novos profissionais.**

Nesse sentido, o PSD defende uma aposta maior nos serviços de saúde, focando cada vez mais no bem-estar e na prevenção da saúde, promovendo estilos de vida saudáveis. Defendemos também uma reforma na organização dos serviços (realizar a revisão da Lei de Bases da Saúde e um novo modelo de organização - reorganizar o sistema de saúde e o financiamento, com uma forte aposta na digitalização), reforçando a componente de saúde primário em modelos USF. É necessário incentivar os centros hospitalares a funcionar em rede e garantido que a relação entre público, social e privado é feita de

forma a melhorar a eficiência e qualidade do sistema, mas também com forte transparência e prestação de contas.

É preciso exigir que a acessibilidade aos cuidados de fim de vida, nestas circunstâncias tão particulares, seja considerada como um direito humano fundamental, um imperativo ético próprio de uma sociedade moderna, que se mantém atenta às necessidades da maioria, mas também capaz de responder de forma eficaz aos grupos mais vulneráveis, onde a “4ª idade”, a demência e a doença psiquiátrica, devem ser considerados de forma ativa e eficaz.

A **rede de cuidados de saúde** deve ser também olhada como fator de coesão territorial, de equidade no acesso aos cuidados, onde são claras as diferenças regionais e persistentes as dificuldades dos territórios do interior, onde os serviços exclusivamente públicos não chegam. Este contexto demográfico sugere, pois, **uma visão colaborativa - e não competitiva - entre sectores: público, privado, social, humanitário.**

Portugal deve apostar na investigação científica e na inovação tecnológica, designadamente através de centros de referência que possam posicionar o País num contexto de desenvolvimento de novas soluções que possam gerar eficiências e, principalmente, permitir cuidados de saúde com mais qualidade para os utentes e com mais condições para os profissionais de saúde.

Habitação: um direito inalienável

Infelizmente, ainda hoje existem dezenas de milhares de famílias que não têm uma habitação condigna. A somar a esse flagelo, é cada vez mais difícil, sobretudo aos mais jovens, ser capaz de pagar uma casa, sobretudo nas áreas metropolitanas.

O PSD sempre esteve na linha da frente das políticas de habitação, fosse no programa de erradicação das barracas nos anos 90 (PER), fosse em soluções inovadoras de crédito e arrendamento. A reforma levada a cabo em 2012-2013 permitiu modernizar o mercado de habitação.

Mais de
1/3

das necessidades de saúde ficaram por assistir durante a pandemia (Portugal foi o 2º pior país da União Europeia)

**COM ESTE
GOVERNO TEMOS
UM SISTEMA DE
SAÚDE CADA VEZ
PIOR**

Número de Portugueses sem médico de família é hoje maior que em 2015 (mais de 1 milhão de Portugueses)

Durante mais de 50 anos, o arrendamento urbano nas principais cidades, especialmente em Lisboa e no Porto, esteve em contração. A partir de 2010 e com maior vigor após 2012, inverteu-se este declínio, aumentou a oferta de casas para arrendar, o valor das rendas reduziu-se e foram criadas condições de confiança para se reconstruir o mercado de arrendamento habitacional. A governação socialista, a partir de 2016, não só ignorou o contexto adverso criado pela nova realidade da procura turística, como anunciou e tomou medidas que criaram imprevisibilidade e desconfiança nos investidores e só contribuíram para o retrocesso na oferta de casas para arrendar e para agravar o valor das rendas. Hoje, é quase impossível a um jovem encontrar casa em Lisboa ou no Porto.

A mobilidade do mercado de trabalho impõe que nos dias de hoje haja mais oferta de casas para arrendar que acompanhem estas mudanças. Infelizmente, com este governo, ocorre o oposto. Defendemos uma nova abordagem nas políticas de incentivo ao arrendamento por jovens, que reforce os apoios financeiros, estimule as soluções de partilha habitacional e não prejudique aqueles que, ao mudarem de local de trabalho, acabam no fim de uma lista de espera interminável.

A escassez de casas para arrendar também afetou os estudantes universitários e os professores que têm que se deslocar para centros urbanos onde não residem e não encontram respostas para as suas necessidades de alojamento. Antes havia a necessidade de criar mais residências universitárias para estudantes. Hoje, há também a necessidade de suprir a ausência da oferta de alojamentos para professores deslocados.

O despontar de novas formas de alojamento, como os micro-apartamentos, as residências seniores, as habitações partilhadas e as soluções evolutivas e modulares vêm responder a novos modelos de vida, mas também às alterações demográficas da nossa sociedade e ao seu envelhecimento, estas mudanças colocam novos desafios. Fazer uma construção nova é muito diferente de reabilitar uma construção antiga. Mas se ambas devem ter regras distintas, não podem ter um enquadramento legal disperso e caótico. Vivemos num tumulto burocrático, propiciador da corrupção e do tráfico de influências. Portugal precisa de um novo Código da Construção e da Reabilitação, abrangente quanto aos tipos de edificação e que simplifique procedimentos, reduza custos de contexto, responsabilize os autores dos projetos, defenda os consumidores e atraia os investidores. E estas alterações também devem chegar à constituição das propriedades horizontais e à gestão de condomínios.

5.2. Uma Agenda Geracional: Educação, Capital Humano e Talento ao serviço das Pessoas

A **Educação e o Capital Humano** são os fatores fundamentais para o desenvolvimento social e económico de Portugal. Apenas melhorando a qualificação e competências dos Portugueses, bem como atraindo talento, como defendemos na subseção 5.5, pode Portugal aspirar a um futuro de prosperidade e felicidade.

A **igualdade de oportunidades**, preconizada pelo PSD, garante-se com uma aposta forte na promoção de uma Educação de qualidade e cujo acesso é universal. Entendendo a Educação como um Bem individual e social, o que vem expressamente consagrado no Programa do PSD, deve permitir o desenvolvimento pleno da personalidade de cada um,

promover a integração social e potenciar as capacidades e talentos de cada indivíduo, é o fator determinante para o bom funcionamento do elevador social.

Portugal é hoje um país onde a igualdade de oportunidades está longe de estar garantida. Como recordou a OCDE¹, as origens socioeconómicas e o capital humano dos pais continuam a marcar fortemente as hipóteses de crianças e jovens terem uma carreira de sucesso. Pese embora, nas últimas décadas tenhamos dado passos significativos e relevantes na promoção e incremento da escolaridade dos portugueses, na percentagem de população entre os 25 e os 64 anos com, pelo menos, o ensino secundário completo, estamos na última posição entre os Estados-membros da União Europeia². A mobilidade social e a igualdade de oportunidades são o reflexo destes indicadores que reforçam a urgência de **fazer da Educação um verdadeiro elevador social**.

A educação pré-escolar é, hoje em dia, cada vez mais valorizada, tendo em vista o desenvolvimento cognitivo da criança como preparação para a idade escolar. É fundamental uma aposta na universalidade do Ensino Pré-Escolar de modo a promover uma maior igualdade de oportunidades e promoção da mobilidade social.

Defendemos, por isso, a promoção de incentivos à criação de instalações de educação pré-escolar em empresas, com equipas multidisciplinares, de forma a promover um maior equilíbrio entre a vida familiar e profissional.

Entendemos importante o recurso a parcerias com instituições privadas, do sector social e das autarquias para aumentar o acesso progressivo, aproveitando a oferta existente hoje para fortalecer a rede de Ensino Pré-Escolar.

Acreditamos que a igualdade de oportunidades no Ensino Pré-Escolar passa também pela criação de uma oferta de despiste psicológico e de desenvolvimento global no pré-escolar, de forma a intervir precocemente em eventuais problemas relacionados com o desenvolvimento cognitivo da criança.

No **Ensino obrigatório**, é fundamental olhar para o que foi trazido pela pandemia e implementar melhorias no nosso sistema de ensino de modo que a Escola seja cada vez mais um espaço de liberdade, exigência e adaptado ao século XXI. Para o efeito, há investimentos que devem ser feitos no sentido de aproveitar e melhorar a utilização das novas tecnologias em contexto escolar. As mudanças a que temos assistido no mercado de trabalho são também uma exigência para que a Escola se adapte em todos os níveis de ensino. Se aquele é fortemente marcado pelas novas tecnologias, pela automatização e robotização, temos de esperar que a Escola tenha um papel a desempenhar nas valências dos futuros trabalhadores de modo que estejam em condições de responder a estes novos desafios.

Uma **Educação de qualidade** só se constrói envolvendo todos os atores do sistema. O problema que já se verifica e se vai agravar de **falta de professores** em várias disciplinas nucleares tem de merecer uma resposta estrutural e séria por parte dos poderes públicos. Recorde-se que mais de 100 mil alunos estarão sem, pelo menos, um professor já no próximo ano, de acordo com os dados da Pordata. **É essencial valorizar a profissão do Professor, ao nível de toda a sua carreira. Recompensar os bons professores, atrair talento para a profissão, encorajar a aprendizagem e desenvolvimento do corpo docente. É preciso também dar incentivos às escolas para melhorarem, seguindo exemplos como Singapura ou o Canadá.**

Da mesma forma, tendo sido o PSD pioneiro no processo de descentralização de

competências na área da educação, através da celebração de contratos interadministrativos em 2013, acreditamos que as autarquias devem ser parte no sistema de ensino. Mas, entendemos que o aprofundamento exige que se olhe para os Municípios como verdadeiros parceiros e intervenientes na definição dos projetos educativos e não como meros tarefeiros como tem sido a visão do Governo socialista, muitas vezes com falta de meios para o cumprimento das tarefas que lhes são confiadas.

A ligação ao mercado de trabalho tem no Ensino Profissional um veículo da maior importância. É no Ensino Profissional que a Educação deve estar, particularmente, voltada para a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão. Para além de caracterizada por uma forte ligação com o mundo profissional, deve encontrar-se articulada com o setor empresarial local. A oferta concorrencial que atualmente existe no ensino secundário e nas escolas profissionais, muitas das vezes, nos mesmos concelhos e a falta de articulação de uma verdadeira rede acaba por prejudicar a qualidade e a coerência do sistema de ensino. Por outro lado, quando em 2017, pela mão do Governo do PS, se pôs fim aos cursos vocacionais, ficou claro que uma teimosia ideológica se sobrepôs àqueles que eram os interesses de crianças, jovens e respetivas famílias. Esta opção contrariou diversos relatórios de várias instituições internacionais - UNESCO, OCDE e Comissão Europeia^{3 4} - que defendem a necessidade de os países desenvolverem percursos alternativos de caráter profissionalizante, tendo em consideração as diferentes necessidades dos alunos e combatendo uma uniformização do sistema educativo, como forma de combater o elevado desemprego jovem e abandono escolar e diminuir o desfasamento entre as competências aprendidas e as utilizadas no mundo do trabalho.

Defendemos, por isso, a **reintrodução do Ensino Vocacional e uma efetiva articulação da oferta do Ensino Profissional**, eliminando sobreposições e desconexões atualmente existentes no sistema de ensino.

Sendo certo que devemos apostar na Educação, encarando esta como um investimento essencial para o desenvolvimento do nosso país, esta deve ser vista para além do Ensino obrigatório.

A Educação ao longo da vida é um imperativo a que o Estado não pode ficar alheio. O aparecimento de novos empregos e o desaparecimento de tantos outros exigem que se olhe para a reconversão da carreira dessas pessoas como uma necessidade para melhorar os níveis de qualificação, empregabilidade e bem-estar, independentemente da sua idade, com vista à prossecução da sua felicidade.

Pretendemos que haja uma Reforma do Programa de Formação Profissional ao Longo da Vida, criando um modelo de formação semi-obrigatória em novas competências a meio da vida, orientada para o alinhamento às transformações tecnológicas e futuro do trabalho, e com financiamento à oferta baseado nos resultados de empregabilidade e aumento da remuneração dos trabalhadores.

Ao nível do **Ensino Superior**, acreditamos que o reforço do sistema binário deve valorizar o papel que cabe a Universidades e Politécnicos. O aprofundamento da sua ligação ao tecido empresarial é, para tal, fundamental. A valorização do Ensino Superior e das Instituições de Ensino Superior não se faz sem **uma aposta forte na Ação Social**, a qual continua fortemente dependente de financiamento europeu, o que é uma vulnerabilidade

³ UNESCO (2016). "Recommendation concerning technical and vocational education and training (TVET)". Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002450/245068e.pdf#page=5>

⁴ Publications Office of the European Union (2011). "Supporting vocational education and training in Europe: The Bruges Communiqué". Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/publications/2011/bruges_en.pdf

que deve, pelo menos, merecer reflexão. Há instrumentos legislativos que estando há vários anos em vigor, já deveriam ter sido objeto de revisão.

A **ciência** é determinante na melhoria das condições de vida das populações e do desenvolvimento económico. Foi evidente para todos, através de repetidos serviços informativos, como é fundamental colocar a investigação e desenvolvimento, os seus atores e instituições, no centro das atividades que nos regem enquanto decisores políticos, agentes económicos, prestadores de cuidados, etc.

Apesar dos excelentes profissionais que dispomos, Portugal não é um país que tenha a ciência como motor do seu desenvolvimento económico e social. As razões do atraso de Portugal face aos seus parceiros estão repetidamente diagnosticadas. Nos últimos anos foram levadas a cabo várias ações que, apesar de positivas, não resolvem os gargalos estruturais que o setor enfrenta. É preciso uma liderança ambiciosa com visão e conhecimento do sistema científico Nacional.

Acreditamos que é necessário implementar alterações estruturais que levem a um desígnio sério de Portugal através de **investigação e desenvolvimento**, alavancando o investimento realizado em recursos humanos nas últimas três décadas, potenciando o tecido económico Nacional, e garantindo níveis de crescimento e uma balança externa mais favorável, fruto do **desenvolvimento de produtos de elevado valor comercial**. É necessário apoiar o empreendedorismo, a inovação e as startups, quer ligadas à inovação, quer ligadas a setores mais tradicionais, que, contudo, podem beneficiar da tecnologia e da ciência para serem mais produtivos e de maior valor acrescentado.

É absolutamente crítico que se crie um ecossistema que promova a interação entre as universidades, os institutos politécnicos, os laboratórios nacionais, os centros tecnológicos, a indústria e a sociedade civil. A partilha de conhecimento e a transferência tecnológica devem ser estimuladas em nome de mais investigação fundamental e de mais investigação aplicada, designadamente, a respostas concretas para as necessidades do nosso contexto empresarial e empreendedor. **A integração em redes globais que potenciem esta colaboração permanente entre ciência, inovação e indústria terá a vantagem acrescida de estimular a internacionalização e integração nas cadeias de valor global das empresas localizadas em Portugal.**

Acreditamos que é essencial criar vasos comunicantes entre empresas e centros de investigação, com o reforço da participação das empresas no sistema Científico e Tecnológico Nacional e incentivo à atração de talento por parte das mesmas. É essencial garantir um maior investimento privado e público (utilizando também a contratação pública para este objetivo), ambicionando chegar a 3% do PIB, regular e com regras claras em Ciência e Tecnologia.

Assim teremos em Portugal uma política pública de ciência e tecnologia que nos permite ambicionar estar alinhados com os países mais desenvolvidos da UE, mais justa e sustentável, com um crescimento económico mais acentuado e baseado no conhecimento, que nos permita enquanto sociedade reinvestir o produto desse crescimento e tornar o sistema sustentável do ponto de vista de investimento privado. Por último, e não menos importante, temos o papel da **Cultura**. O reconhecimento da importância da Cultura, enquanto atividade plural e autónoma da sociedade civil e enquanto foco da ação do Estado corresponde à noção de identidade que queremos preservar e promover.

Acreditamos na Cultura como lugar de encontro. Encontro com a História, com o

Presente, com o Futuro. Elemento de ligação e de diversidade. Oportunidade de desenvolvimento e de distinção num mundo globalizado e digital, enquanto política pública **é mais uma ferramenta para obtermos um desenvolvimento económico sustentado das nossas comunidades, com criação de emprego e indústrias criativas e culturais.**

Precisamos de melhorar os serviços públicos de Cultura e os seus modelos, de dar mais espaço à cidadania, através de incentivos ao desenvolvimento de parcerias, de redes colaborativas e de interações, em que a fratura entre cultura erudita e popular não faz sentido e em que se defende que a democracia, para ser inteira, não pode ser só económica e social. A democracia só se completa se também for democracia cultural.

Num tempo marcado pela incerteza, a âncora para a nossa solidez reside na cultura. Para o PSD, este é o tempo para se abrir uma nova página nas políticas culturais, alargando o acesso e fruição a todos, valorizando o património, estimulando a criação artística livre e independente e promovendo novos públicos, nomeadamente através de uma mais eficaz integração com o sistema de ensino e de formação.

Acreditamos na livre iniciativa criativa da sociedade e na diversidade daí resultante, assim rejeitamos liminarmente qualquer dirigismo cultural ou qualquer tentativa de condicionamento na produção ou no acesso a bens culturais. O acesso à cultura é determinante para a integral realização humana e para o cumprimento de uma cidadania plena. Mas é igualmente o melhor garante de uma sociedade protegida das novas ameaças que provêm da desinformação, do desrespeito pela privacidade e dos perigosos populismos emergentes que visam manipular as massas. **A cultura é, assim, um poderoso aliado dos valores da democracia liberal.**

5.3. Uma Agenda para o Crescimento Económico: uma economia competitiva, com melhores empregos e salários mais qualificados ao serviço do crescimento partilhado

A estagnação da economia Portuguesa nos últimos 20 anos, resulta de um potencial de crescimento muito baixo (em 2019 o PIB potencial de Portugal rondava 1.5%, um dos mais baixos da União Europeia).

Esse baixo potencial de crescimento resulta em primeiro lugar de uma baixa produtividade, quer do fator trabalho (baixa produção para o número de horas de trabalho), do fator capital (empresas de baixa intensidade de capital) e baixa produtividade dos fatores de produtividade (“total productivity factor”, isto é, o efeito da gestão, inovação e tecnologia na produtividade).

Esta baixa produtividade dos fatores resulta da baixa escolaridade (e em muitos casos da fraca ligação entre o ensino e as empresas); baixo nível de ciência e inovação; baixo valor acrescentado nas cadeias de abastecimento e produção; baixo nível de gestão, uma formação bruta de capital fixo (investimento) baixo e apenas suficiente para repor a depreciação do capital e uma baixa capitalização das empresas; uma pequena dimensão das empresas, que impede economias de escala; e uma baixa internacionalização das empresas, que resulta num baixo nível de exportações e de investimento Português no estrangeiro.

Para aumentar a competitividade e a produtividade da economia Portuguesa, é preciso uma agenda para o crescimento, que encete as transformações estruturais que eliminem ou fortemente diminuam os atuais “estrangulamentos” do crescimento da economia nacional (até porque só essas transformações estruturais podem aumentar a competitividade da economia e depois manter Portugal competitivo, dado que os nossos concorrentes também vão procedendo a transformações importantes nos seus tecidos económicos):

Uma transformação estrutural da atração de talento, investimento e no clima de negócios: Criar um clima de negócios favorável aos agentes económicos que lhes permita ver no Estado um facilitador e não um obstáculo ao investimento, à produtividade e à inovação. Cabe ao Governo permitir à iniciativa privada a liberdade de desempenhar o seu papel fundamental da Economia, devendo o Estado atuar sobretudo como promotor, árbitro e regulador forte e assegurando a existência e o acesso às infraestruturas, melhorando a competitividade fiscal e definindo as melhores políticas económicas. Reforçar a aposta no empreendedorismo e nas startups (quer em setores tecnológicos, quer em setores mais tradicionais, mas que beneficiam da tecnologia), através do ensino e através de incentivos fiscais e financeiros.

Uma transformação estrutural dos serviços públicos: melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos, resultando em melhores serviços em áreas como a educação e a saúde, mas também uma forte redução dos custos de contexto e da burocracia. Reforço do modelo de aprovação tácita e prévia nos processos de licenciamento. Reforço da componente de arbitragem na resolução de conflitos e litígios.

Uma transformação estrutural dos mercados: tornar vários dos mercados em Portugal (financeiro, energético, telecomunicações, entre outros), muito mais concorrenciais, reduzindo barreiras à entrada de novos concorrentes. Reforçar a independência e os

**COM ESTE GOVERNO
UMA ECONOMIA
CADA VEZ MENOS
COMPETITIVA NA
UNIÃO EUROPEIA**

21° país no ranking da produtividade
hora do trabalho
25° país no ranking
do investimento
34° a nível mundial no ranking
da competitividade
4° maior queda do PIB em 2020 e
2ª recuperação mais lenta para os
níveis pré-pandemia

meios dos reguladores, com nomeações mais independentes e com maiores recursos. Isso permitirá que os custos para as empresas e as famílias se reduzam, melhorando a qualidade dos serviços.

Uma transformação estrutural das Finanças Públicas: tornar o setor público um exemplo de excelência e de eficiência, reformando a sua gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos (o Estado Português é maioritariamente gerido por regras, procedimentos e tecnologia que tem 20, 30 ou nalguns casos mais de 40 anos). Não há uma verdadeira reforma do Estado sem a reforma do Ministério das Finanças, dotando os gestores públicos do planeamento, dos meios e da informação de gestão e dos recursos que lhes permita atingir os objetivos propostos e ter serviços de elevada eficiência e qualidade. Adicionalmente, a reforma das Finanças Públicas deve ter um plano credível, rigoroso e ambicioso de redução da dívida pública.

Uma transformação estrutural do sistema fiscal: criar um sistema fiscal simples, com menos impostos e taxas, que tenha baixos custos de cumprimento das obrigações, que seja estável, cuja litigação fiscal seja célere e eficiente, e que reduza a carga fiscal sobre as famílias e as empresas, atraindo trabalhadores qualificados para Portugal, mais investimento e criando incentivos para mais e melhor emprego.

Uma transformação estrutural do sistema de Justiça económica: tornar a Justiça para as questões económicas mais célere e eficiente, reduzindo a morosidade e os custos da litigação, da cobrança de dívidas, das falências e recuperação de empresas, bem como dos tribunais administrativos e fiscais (ligando com as reformas anteriores).

Uma transformação estrutural do mercado laboral: tornar o mercado laboral adequado às novas realidades de emprego, de tecnologia, reduzindo a sua rigidez e dualidade, mas ao mesmo tempo promovendo segurança e estabilidade no emprego, bem como uma agenda para o trabalho digno. A imprescindível abertura a novos modelos mais flexíveis de trabalho deve ser acompanhada de novas e eficazes respostas que correspondam a uma maior segurança para os trabalhadores, designadamente ao nível dos rendimentos, reduzindo os riscos em período de transição entre situações de educação/formação, emprego e desemprego. Também temos de ter medidas para mitigar o facto do mercado laboral ser dual, prejudicando bastante os mais jovens e os que entram de novo no mercado de trabalho.

É também necessário reformar as políticas de promoção de emprego, bem como a formação profissional. Reforçar a componente dos salários no valor acrescentado e

reduzir as desigualdades sociais. Adicionalmente, como referido no subcapítulo 5.5, reforçar os salários mais baixos, **não é aceitável que 20% das pessoas que trabalham sejam pobres**. O aumento do salário mínimo, dentro do que é compaginável com as condições económicas, e a eventual criação de um IRS negativo, são bastante relevantes para subir o nível de salários das famílias de menores rendimentos.

Importa, assim, um esforço generalizado por parte dos poderes públicos, em estreito diálogo com o setor privado, em sede de Concertação Social, na busca de soluções que promovam uma alteração urgente desta realidade que nos deve perturbar. Um país desenvolvido é um País que combate as desigualdades e que percebe a relevância de uma coesão social que garante estabilidade política, económica e social. **O PSD estará na primeira linha na defesa de um esforço sensato e sustentável de melhoria dos salários, designadamente para a classe média, no nosso País.** Os níveis de remuneração e de produtividade devem estar em convergência com a média europeia. Uma saudável política de emprego e de melhoria salarial implica, como premissa, um contexto económico favorável à produtividade, com empresas competitivas e com crescimento económico. Para o PSD, não restam dúvidas que a criação artificial de soluções que não tenham uma base sólida, apenas criará uma ilusão conjuntural, que trará mais dificuldades no futuro.

Uma transformação estrutural do sistema de ensino: tornar o ensino secundário, profissional e superior uma alavanca de conhecimento, de ligação à economia e às empresas, criando uma economia com maior valor acrescentado, com maior especialização e maior sustentabilidade e empregos mais qualificados. Reforçar a qualidade e oferta de capital humano, potenciando a digitalização e as novas tecnologias. Apostar na qualificação dos trabalhadores, nomeadamente nas áreas CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

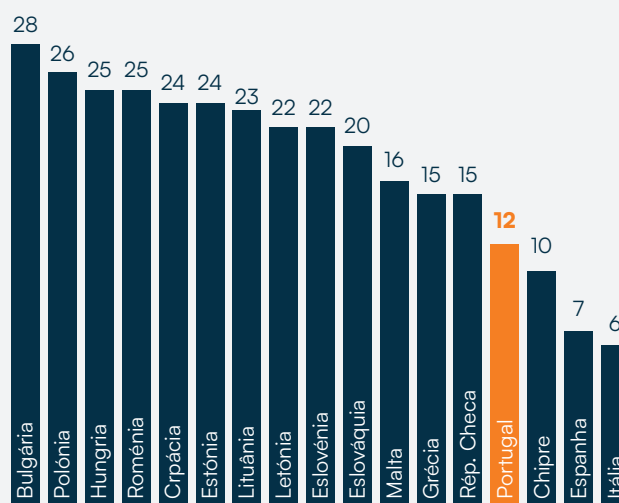
Uma transformação estrutural dos apoios e incentivos às empresas: atrair IDE (Investimento Direto Estrangeiro), em setores específicos, que permitam alavancar a economia Portuguesa, criar valor e torná-la mais especializada. Reformar as instituições e os apoios e incentivos ligados às empresas nacionais, criando incentivos para o aumento da dimensão das empresas, a sua maior capitalização e maior internacionalização. Reforçar os mecanismos de poupança das famílias, reforçando assim a capacidade de investimento da economia. Reforçar o setor financeiro, apoiar a entrada em bolsa de mais empresas e preparar regulação para novos concorrentes, como as Fintechs. Reforçar a diplomacia económica e tornar Portugal uma “potência exportadora”, atingindo 60% do PIB em 2030, mas com o objetivo de chegar aos 80% até 2040.

Uma transformação estrutural do impacto económico das infraestruturas: colocar a elevada rede de infraestruturas ao serviço do potencial da economia Portuguesa. Revitalizar a ferrovia, quer nas ligações de passageiros, quer no apoio às exportações. Reformar o funcionamento dos portos nacionais, um “hub” para as exportações. Garantir uma cobertura de 5G (fundamental na transição digital) de excelência em praticamente todo o território nacional, garantindo um acesso de qualidade, fiável e económico às empresas nacionais.

Uma transformação estrutural do impacto económico dos recursos endógenos: É preciso explorar, de forma sustentada, mas economicamente viável, os recursos endógenos do país: Mar, Agricultura, Floresta e o potencial do clima e do Sol. Os recursos endógenos devem ser uma alavanca de um crescimento sustentável, gerando riqueza no território, sobretudo no interior, onde devem ser um instrumento relevante no combate à desertificação e empobrecimento.

**COM ESTE
GOVERNO AS
PERSPECTIVAS
DE CRESCIMENTO
ECONÓMICO NOS
PRÓXIMOS ANOS
NÃO SÃO
ANIMADORAS**

Crescimento do PIB per capita
entre 2019 (pré-pandemia) e
2027



O Mar é um enorme ativo de Portugal, que deve ser transformado num efetivo aliado da economia, capaz de gerar riqueza e de criar emprego. Com uma perspetiva que inclua, desde logo, uma eficaz política de pescas, defensora das legítimas expectativas das nossas comunidades piscatórias.

A nossa política marítima deve identificar e estabelecer uma estratégia para desenvolver os diversos componentes da Economia do Mar, que, numa perspetiva holística, deve incluir, entre outros domínios: ambiente, ordenamento do território, biodiversidade, transportes, energia, turismo, náutica de recreio, desporto, mineração, pescas, aquacultura, biotecnologias, tecnologias marinhas, construção e reparação naval, fiscalização e segurança no mar, infraestruturas portuárias e serviços marítimos, ensino e formação. Uma visão que integre uma política para o Oceano, “*blue technologies*” e sustentabilidade ambiental, poderá ser uma oportunidade económica e um desígnio estratégico para o País.

Estimular a competitividade e internacionalização da agricultura e florestas é fundamental para cumprir o desígnio nacional de um crescimento económico expressivo. Investir na agricultura e florestas é crucial para revitalizar o mundo rural e cumprir o desígnio nacional da coesão territorial. A consciência desta dupla missão impõe que o PSD volte a atribuir-lhes elevada prioridade. o PSD pugnará por uma verdadeira Estratégia Nacional de Regadio prevendo de forma integrada, e não avulsa, novas infraestruturas de regadio e a requalificação das existentes, incentivos à iniciativa privada para aproveitamentos coletivos, a simplificação do licenciamento de pequenos aproveitamentos, a reutilização de águas residuais tratadas, a dessalinização e, em especial, estimulando fortemente a investigação e inovação na gestão da água. **A floresta e a natureza têm de ser objeto de uma melhor gestão**, quer das áreas protegidas, quer da propriedade privada, que permita sustentabilidade ambiental (e o seu papel e biodiversidade, mas também sustentabilidade económica, desenvolvendo os territórios rurais e ajudando a fixar a população. Têm de ser criados incentivos para atrair investimento privado.

O turismo é um setor fundamental, que tem de ser modernizado, tornando-o numa atividade com cada vez maior valor acrescentado, aumentando a qualidade e a sustentabilidade das operações. É também uma aposta fundamental na coesão territorial e no desenvolvimento do interior.

5.4. Uma Agenda para a Transição Climática e Tecnológica: Digitalização, Descarbonização e Alterações Climáticas ao serviço de um novo paradigma

O presente e o futuro estão marcados por duas forças transformadoras: a Digitalização e as novas tecnologias, bem como a descarbonização e o combate às alterações climáticas.

Transição Digital

A revolução digital que está a impactar as sociedades pode ser uma oportunidade de excelência para promover as transformações necessárias na nossa economia. As mudanças estão a ocorrer a um ritmo vertiginoso impactando todos os setores de atividade, sem exceção, e transformando os modelos de negócio, o comportamento dos consumidores, os processos de criação de valor e a própria estruturas das diferentes indústrias e serviços. Proliferam novas oportunidades de negócio, em setores de bens e serviços transacionáveis, por força da afirmação de novas ferramentas digitais em áreas como a cibersegurança, a computação em nuvem, a automação e robótica, a inteligência artificial, o blockchain, a impressão 3D, o quantum computing, entre tantas outras.



Para esta nova «era industrial», Portugal não parte atrás, do ponto de vista dos recursos ou da posição geográfica. Pelo contrário, o nosso País tem condições excecionais para se posicionar como um centro global de inovação, de desenvolvimento tecnológico e de empreendedorismo digital. Para tal, será crítica a capacidade para criar um ambiente propício ao dinamismo económico que estes setores económicos mais avançados exigem. Portugal tem recursos intrínsecos de excecional qualidade. Desde logo, ao nível das características do seu povo. Um povo com mente aberta, tolerante com culturas diferentes e ágil perante cenários

imprevistos. Falta, contudo, fazer mais **para potenciar as oportunidades geradas pela chamada «4ª revolução industrial».**

Destacam-se três áreas onde se exige políticas públicas com outra intensidade e, assim, com outras consequências efetivas. **Em primeiro**, a qualificação de mais pessoas preparando-as para a era digital. Para tal, impõe-se a concretização de um amplo programa de requalificação da população portuguesa que nos diferencie, ao nível da preparação de recursos humanos para os desafios do presente e do futuro. Temos um caminho árduo a percorrer, pelo que o esforço terá de ser firme e muito ambicioso. Em paralelo, uma política inteligente de imigração deverá promover a integração e formação de quadros oriundos de outras regiões, designadamente, de países lusófonos e da América Latina. O sistema educativo, em particular, deve fazer uma profunda reflexão sobre os pilares estruturais, adaptando os modelos pedagógicos e os currículos aos novos tempos, com particular destaque para **a crescente relevância das áreas STEM⁵.**



Em segundo lugar, o próprio Estado deve aproveitar os recursos propiciados pelas novas tecnologias digitais para reformar o seu modelo de serviço aos cidadãos. Modernizando-se, simplificando processos e melhorando os diferentes serviços públicos. De igual modo, compete ao Estado promover redes e infraestruturas de conectividade que sirvam as empresas e os cidadãos e que, também a esse nível, sejam um fator de competitividade e de atratividade. Para a promoção de um ambiente vibrante de inovação e tecnologia no nosso País, será também crítica a interação construtiva e criativa entre as empresas e as diferentes instituições públicas de ensino, de ciência aplicada e de I&D.

Em terceiro lugar, para a afirmação de Portugal como um hub global para empresas com forte pendor tecnológico e para a integração da economia nacional nas cadeias de valor globais, é essencial garantir-se um contexto amigável do investimento e da criação de valor. Para esse efeito, deve apostar-se num ensino superior moderno e de excelência, na formação profissional direcionada e com resultados e, não menos importante, num enquadramento fiscal, laboral e regulatório que assegure estabilidade e previsibilidade. Estes fatores são críticos, não apenas para dar mais competitividade às empresas portuguesas direcionando-as para os mercados externos de bens transacionáveis, mas também para atrair quadros e investimento estrangeiro que traga conhecimento e promova emprego e riqueza no nosso País.

Transição Climática

Do ponto de vista ambiental, já existem sinais dos riscos que as alterações climáticas poderão produzir em Portugal, pelo que é urgente atuar de forma consistente e intensa na mitigação dos efeitos das alterações climáticas. Se há tema onde é urgente encontrar soluções políticas que conferem estabilidade e previsibilidade às políticas públicas é a área do ambiente. **É desejável antecipar a data prevista para atingirmos a neutralidade carbónica (2050).** Quer através da redução das emissões de gases com efeito estufa quer através de um esforço alargado da capacidade de captura de carbono da atmosfera.

Não existe incompatibilidade entre o crescimento económico e a sustentabilidade ambiental. Pelo contrário, verifica-se uma interdependência crescente entre economia, bem-estar social e capital natural, como “pilares” da produtividade. É fundamental, por isso, apostar na inovação na área das tecnologias limpas, a par de um novo paradigma de consumo, visando a sustentabilidade dos nossos recursos e permitindo uma transição eficaz para uma nova economia verde. Uma economia cujo crescimento e emprego sejam orientados para reduzir as emissões de carbono e outras substâncias poluentes, visando uma maior eficiência na utilização dos recursos, reduzindo a dependência energética do exterior e preservando a riqueza dos ecossistemas naturais. Adicionalmente, **a escassez de água é um problema gravíssimo**, pelo que importa atuar quer na eficiência da sua captação, distribuição e uso, quer num plano nacional hídrico, bem como em soluções tecnológicas como a dessalinização.

Do ponto de vista energético, os vetores essenciais devem ser a eficiência energética e a aposta nas renováveis. Portugal tem um nível baixo de eficiência energética, quer nos edifícios, quer na produção de bens e serviços. O Estado deve procurar incentivos financeiros e fiscais para as famílias melhorarem a eficiência energética das suas casas, bem como as empresas reduzirem o consumo de energia por unidade de produção, assim como a redução da intensidade energética dos transportes públicos e privados. Mas o



próprio Estado tem de dar o exemplo, melhorando a eficiência energética das dezenas de milhares de edifícios e instalações que possui por todo o país. Precisamos de uma maior descarbonização do setor energético, com a eletrificação à cabeça. Mas a produção por fontes renováveis tem de assentar num quadro de competição e não de rendas públicas. São necessárias políticas tarifárias racionais e estáveis e mercados energéticos mais transparentes, competitivos e interligados, a nível ibérico e europeu, com uma política fiscal estável e que não penalize os consumidores.

A gestão territorial deve atender às consequências das alterações climáticas e adaptar as regras de construção e de ordenamento do território às condições climáticas futuras e à ocorrência de eventos meteorológicos extremos. É necessário agilizar a revisão dos PDM, harmonizar as estratégias de desenvolvimento a nível local e regional, concretizar uma organização territorial otimizada com aproveitamento de economias de escala, com evolução de local para regional. É essencial que o licenciamento urbanístico não continue a ser encarado como uma das principais fontes de receita dos municípios, sob pena de continuarmos a degradar a qualidade de vida das nossas vilas e cidades.

As cidades, a mobilidade e os transportes têm de ser parte integrante do desafio climático, ao mesmo tempo que contribuem para a qualidade de vida das pessoas e a competitividade da economia.

Portugal precisa de uma agenda urbana que tenha em conta a diversidade das suas cidades e comunidades metropolitanas e que responda às significativas alterações multiculturais, multiétnicas e de modelos de vida que estão a ocorrer de uma forma vertiginosa. Essa agenda deve apostar na competitividade dos territórios, nas soluções de economia partilhada, na captação de investimento e criação de emprego, na procura de novas formas de alojamento, nos transportes públicos e na mobilidade, na qualificação do ambiente urbano, na melhoria da gestão e manutenção dos equipamentos sociais e coletivos, nas comunicações e em estratégias de reabilitação e valorização das áreas urbanas antigas, carenciadas e periurbanas.

É fundamental “tirar do papel” as medidas para tornar as cidades inteligentes e desenvolver estratégias de longo prazo que contribuam para modernizar a gestão dos centros urbanos, a sua conectividade e sustentabilidade e os serviços prestados aos cidadãos. A crescente pressão sobre as cidades tem de ser, urgentemente, atenuada com políticas urbanas que integrem soluções de mobilidade dentro das cidades e nos movimentos pendulares com as cidades periféricas.

Ao Estado compete criar condições para um acesso facilitado dos cidadãos à utilização dos transportes públicos (por exemplo, através dos passes sociais). Contudo, em simultâneo, ao Estado compete assegurar, do lado da oferta, que os serviços são prestados com qualidade e respeito pelo bem-estar dos cidadãos. Como é notório, tal não tem acontecido com esta governação socialista.

É essencial reforçar a oferta dos vários modos de transporte público e contribuir para a redução do uso da viatura individual. Mas esse reforço deve ser acompanhado de duas medidas essenciais: o aumento da qualidade e do conforto do material circulante existente; a definição e contratualização de tempos máximos de espera para todos os operadores que torne fidedigno o serviço de transportes públicos.

As mudanças tecnológicas a que assistimos nos últimos anos, quer nos meios de transporte, quer nas suas plataformas eletrónicas de gestão, abriram horizontes novos e inesperados quanto à mobilidade e da economia partilhada, que terão reflexos na forma como desenhamos as cidades e organizamos os sistemas de transportes. Este é um novo desafio que importa acompanhar e antecipar resultados.

O problema das pessoas com mobilidade condicionada é agravado pelo crescente envelhecimento da nossa sociedade. Cabendo ao Estado assegurar que os espaços públicos, os edifícios dos serviços e equipamentos públicos, bem como os transportes sejam progressivamente adaptados a estas necessidades, é inadiável acelerar este processo, bem como reforçar os programas de apoio à adaptação de habitações onde residem pessoas nestas condições.

Em face da emergência climática, o PSD refuta a ideia defendida pelos partidos de esquerda de que uma agricultura moderna, competitiva e geradora de riqueza é incompatível com a sustentabilidade ambiental. É neste pressuposto que **o PSD defende intransigentemente os agricultores, as tradições e o mundo rural portugueses** dos constantes ataques fundamentalistas e sem base científica daqueles partidos, mas, como partido precursor na defesa do ambiente, deve atualizar o seu posicionamento no que concerne ao papel do complexo agroflorestal na ação climática. E a este respeito, o Pacto Ecológico Europeu apresentado pela Comissão Europeia vem colocar grandes desafios à agricultura europeia, mas abre também enormes oportunidades económicas a que os agricultores portugueses certamente não se furtarão. Desintensificação da agricultura, aumento da produção biológica, agricultura de precisão, culturas mais adaptadas às alterações climáticas, combate à desertificação dos solos, gestão eficiente do risco, floresta de conservação ou promoção de hábitos de consumo alimentar de produção local, de proximidade e mais amigos do ambiente são exemplos de vetores que o PSD, convictamente, deve introduzir na sua agenda.

O aumento da biodiversidade da floresta em Portugal é um contributo fundamental para a descarbonização, o combate às alterações climáticas e uma maior resiliência aos fogos florestais.

5.5. Uma Agenda Social: Demografia, imigração, Segurança Social, pobreza e desigualdades — estar ao serviço dos mais desfavorecidos e necessitados

O **inverno demográfico** é a principal ameaça ao futuro de Portugal. Para isso, o país precisa de fortes políticas de apoio à família, à infância e à natalidade. Nos últimos 10 anos Portugal perdeu 214 mil residentes⁶ [1] e em 2020 o saldo natural foi o pior desde que há registos⁷. Portugal, desde 2010, tem vindo a perder população, uma verdadeira “sangria demográfica”, quer por via natural, quer por via migratória. Diversos estudos indicam que, se nada for feito, em 2050 a população Portuguesa rondará os 7 a 8 milhões.

Isto terá, como é evidente, um efeito dramático no nosso modelo de desenvolvimento, na sustentabilidade das contas públicas e, em especial, na sustentabilidade da segurança social. O encolhimento populacional numa população já muito envelhecida terá por consequência uma distribuição etária desajustada, o que se traduz em mais pessoas dependentes do Estado do que população ativa.

⁶ Censos 2021

⁷ Pordata

Há, contudo, um sinal animador. O saldo total foi positivo em 2019, e voltou a sê-lo, embora por margem muito curta, em 2020, apesar de o saldo natural ter sido o pior de sempre. A explicação para isto é clara: o saldo migratório foi positivo nestes dois anos, permitindo compensar o saldo natural negativo.

Daqui pode retirar-se uma conclusão inquestionável: **no curto e médio prazo, a única forma de estancar a crise demográfica é através da imigração**. As políticas de remoção dos obstáculos à natalidade desejada são indispensáveis, mas demoram gerações a produzir efeitos e são de resultado muito incerto. A imigração tem efeito imediato, uma vez que representa um acréscimo populacional, normalmente de pessoas em idade ativa, aumentando as contribuições para a segurança social, e em idade fértil, o que pode, ainda, ter efeitos positivos na natalidade.

É, por isso, largamente desprovido de sentido um debate estruturalmente contrário à imigração; **ela é indispensável à nossa sobrevivência coletiva**. Questão diversa é a que se dirige, com toda a propriedade, aos **modelos de imigração**, políticas migratórias e de atração de talento, e formas de integração. Tudo isso deve ser repensado, partindo da premissa óbvia de que a imigração é uma necessidade.

Existe hoje globalmente uma “corrida pelo talento”. O capital humano é escasso e globalizado. Os perfis migratórios alteraram-se substancialmente nas últimas décadas, levando a uma diversificação dos projetos migratórios, tempos de permanência, qualificação dos migrantes e respectivo contributo para as sociedades de acolhimento. Esta corrida pelo talento só pode ser ganha pelos países que compreenderem o novo paradigma e se equiparem com políticas migratórias sofisticadas que permitam a atração do talento empreendedor, de nómadas digitais, dos novos tipos de migrantes e a avaliação das qualificações. Ganhará ainda esta corrida quem consiga atrair o talento mais cedo, na forma de estudantes internacionais para as suas Universidades.

Não por acaso, diversos países, como o Canadá, Austrália, Reino Unido e, mais recentemente, a Alemanha, têm alterado as suas leis da imigração para as tornar mais flexíveis (através do sistema de pontos), ou para atrair imigrantes altamente qualificados (como no caso da Alemanha ou da revisão da diretiva “blue card” da União Europeia).

Deste modo, é urgente uma política que permita reverter a crise demográfica, reequilibrando o saldo total pelas suas duas vias: a natural e a migratória.

Desta forma, o PSD defenderá **políticas de natalidade**, que englobem, entre outras, benefícios fiscais para famílias com mais filhos, uma rede nacional gratuita de creches e benefícios fiscais para empresas que criem creches para os seus funcionários. Mas também regimes que permitam conciliar a vida familiar e profissional. Não apenas para a natalidade, mas também como um eixo importante na igualdade de género. O Estado tem aqui um papel relevante, quer em termos legislativos, quer em termos dos equipamentos sociais, sobretudo, como referido, as creches. Uma maior flexibilidade laboral permitirá uma maior conciliação familiar e profissional, trazendo também ganhos de produtividade. O PSD tem abertura para discutir, sobretudo a nível Europeu, a semana laboral de 4 dias, avaliando modelos diferenciados por setores e atividades.

Em matéria de **Política migratória**, o PSD defenderá:

1. Criação de uma Agência para as Migrações: essencialmente focada num Programa Nacional de atração e retenção de talento em Portugal. O talento tanto pode ser estrangeiro como originário no retorno de portugueses do estrangeiro. A Agência, em articulação com a academia e a iniciativa privada, deve identificar as necessidades do país e desenhar campanhas de recrutamento, acolhimento e integração de imigrantes.

2. Aposta na diplomacia migratória: para além da captação de investimento, a rede diplomática portuguesa deve ser mobilizada para a importância da diplomacia migratória e atração de talento para Portugal;
3. Procurar imigrantes com as competências e qualificações que a economia e a sociedade Portuguesa precisam. Desenvolver um programa de imigração temporária para setores com crónica falta de mão-de-obra sazonal. Criar mecanismos e serviços de apoio que ajudem na integração de todos os imigrantes, bem como meios para a sua fácil e efetiva integração. Promover instrumentos de assistência no emprego, procurando resolver necessidades especiais.
4. Revisão da lei da imigração para a sua flexibilização e adoção do sistema de pontos (PBS — points based system), mais sofisticado e adaptado à corrida pelo talento, à semelhança do que já acontece noutros países;
5. Aprovação de um mecanismo mais eficaz e sofisticado de apoio ao regresso dos portugueses no estrangeiro, no âmbito da nova Agência para as Migrações, incluindo benefícios fiscais.



Mas é preciso também olhar para a **pobreza e as desigualdades**. Portugal é um país pobre, com salários baixos e profundamente desigual. A Social-Democracia assenta na liberdade individual, numa sociedade dinâmica e numa consciência social comunitária. Com base na economia de mercado, mas com o foco na justiça social. Nesse sentido, devemos ser intolerantes com as crescentes desigualdades sociais. Ninguém deve ser prejudicado nas suas legítimas aspirações de vida por viver num determinado contexto. A igualdade de oportunidades e o combate às injustiças sociais são princípios basilares. As desigualdades têm-se agravado nos últimos anos, fruto de diversas causas, entre as quais a disrupção tecnológica e a globalização. É necessário que exista uma mais justa repartição da riqueza, daí que o PSD defende a função de redistribuição, quer pela via do IRS, quer pela via das prestações sociais e dos serviços públicos como o SNS e a escola pública.

Portugal tem cerca de 20% das pessoas que trabalham em situação de pobreza. Isso não é aceitável. Ninguém que trabalha pode estar na condição de ser pobre. É urgente subir as remunerações mais baixas, seja através da subida sustentada do salário mínimo, ou equacionando a introdução de um IRS negativo que permita compensar estes trabalhadores quando não for possível uma subida mais elevada do salário mínimo. Em 2021, 60% dos trabalhadores por conta de outrem ganham menos de 1000€. A mediana de salários ronda os 900€. 30% ganha menos de 750€ e 26% ganha a retribuição mínima mensal garantida (“salário mínimo”), que em 2022 é de 705€.

Por outro lado, compete à sociedade e ao Estado apoiar cidadãos e grupos especialmente vulneráveis em situação de desemprego (como os jovens e os desempregados de longa duração). Dever-se-ão concretizar medidas ativas de emprego, enquanto instrumento social-democrata: o Estado “ajuda” a remover um obstáculo que a vida criou, fornecendo ferramentas para que cada pessoa possa voltar à situação de igualdade de oportunidades que lhe permita prosseguir o caminho por si definido.

É também preciso criar condições para que existam oportunidades de emprego para as pessoas portadoras de deficiência, num contexto de igualdade de oportunidades, para que o elevador social também funcione para esses nossos concidadãos, bem como num contexto de conciliação de vida familiar e profissional.

Adicionalmente, existe uma **desigualdade de género que importa também combater**. Trata-se de um fator determinante da qualidade da democracia e do crescimento sustentável de qualquer país. persistem discriminações no mercado de trabalho, condições desiguais na promoção na carreira, dificuldades na conciliação da vida familiar e da vida profissional, persistindo também um fenómeno de sub-representação na participação política, particularmente grave ao nível do poder local. A par disto há ainda a destacar o flagelo persistente da **violência doméstica e de género que afeta muito especial e gravosamente as mulheres**. Apesar dos esforços continuados para combater este fenómeno e da estabilização dos valores registados nos últimos anos, a sua resistência impõe a continuação de uma intervenção persistente. No domínio da prevenção, cumpre dar continuidade e ampliar os esforços destinados à sua maior eficácia, considerando-se necessário investir adicionalmente na melhor avaliação do risco das vítimas. E, no que se refere à proteção das vítimas e à prossecução da sua autonomização pós-acolhimento, devem continuar a multiplicar-se os apoios à rede nacional já existentes.

O PSD deve pugnar para uma efetiva redução da desigualdade de género, promovendo legislação que procure impedir a diferença salarial, melhorar a licença remunerada de maternidade e paternidade e **legislar para uma ação afirmativa de igualdade de género**.

Também os mais idosos têm sofrido com um abandono e desigualdades, associado a uma degradação da qualidade dos serviços de saúde e das redes de apoio social, apesar do enorme esforço das IPSS por todo o país. Também por razões demográficas, assistimos a um aumento de patologias e situações de dependência. A este contexto, podemos acrescentar outras dimensões como os elevados gastos com cuidados de saúde, as limitações no acesso a serviços digitalizados ou a desvalorização da sua participação, cívica, social ou económica.

O PSD deve estar na linha da frente na defesa de uma sociedade com uma presença cívica e económica mais ativa das pessoas idosas, incentivando redes comunitárias de integração e de apoio às dependências sociais, de diferente natureza.

Reconhecer a importância do papel das pessoas de idade mais avançada como um ativo, uma mais valia para a sociedade, de forma participativa e integrante das comunidades é um dos maiores desígnios nacionais para o futuro. A sociedade deve criar condições para que, num espírito de envelhecimento ativo, uma pessoa sénior, caso o pretenda, possa continuar a contribuir para a sociedade por via do trabalho e da sua experiência.

O caminho passa também por uma mudança de mentalidades, reconhecendo à população mais envelhecida todo o seu potencial — promovendo-se uma cultura de gratidão, reconhecimento, compaixão e respeito pelo valor do conhecimento, fruto da experiência de vida vivida.

Assim, é necessário apoiar mais as IPSS, reforçar o estatuto do “cuidador informal” e efetivamente operacionalizar essa vertente de apoio. Reforçar a rede de cuidados continuados e paliativos.

O Sistema de Proteção Social português garante e deve garantir uma Proteção Social do início ao fim da vida. Cumpre discutir os moldes em que esta função inquestionável do Estado deve desempenhar o seu papel, quer enquanto guardião do sistema previdencial, quer na sua vertente de redistribuição de riqueza.

A complexidade que rodeia o Sistema de Segurança Social (material e formalmente) tem vindo a ser aproveitada para uma instrumentalização ideológica que assegura, exclusivamente, a desinformação e a acentuação da iliteracia dos próprios beneficiários do sistema. Essa é a primeira batalha: conseguir que o debate seja feito de forma informada e transparente. Aquilo que não reconhecemos, não debatemos. Aquilo que não debatemos, não resolvemos, não melhoramos, não solucionamos.

Urge reconciliar gerações e salvaguardar o sistema previdencial português — hoje e no futuro. Não é possível, nem realista, nem razoável, adiar mais a reforma da segurança social.

A necessidade de debater o Sistema Público de Pensões e o correlacionado funcionamento do Sistema de Segurança Social é mais que uma necessidade indelmentável — é uma questão de honestidade, seriedade política e respeito pelos portugueses.

Pretendemos um Estado que tem como primordial missão uma Proteção Social efetiva e eficaz; **um Sistema de Segurança Social que seja garante de proteção social e justa redistribuição da riqueza;** um Sistema Público de Pensões que respeite os princípios em

que se baseia, nomeadamente na obrigatoriedade do respeito pela relação custo-benefício na assunção das responsabilidades do Sistema; um Estado que assuma como essencial o dever de informação, previsibilidade e transparência do Sistema a todos os cidadãos.

A Segurança Social deve, como qualquer serviço público, funcionar na perspetiva da eficiência e eficácia da resposta ao cidadão. Situações como o atraso no processamento das pensões — que já atingiu, em alguns casos, atrasos de mais de um ano — são não apenas provas do mau serviço público prestado: geram alarmantes situações inexplicáveis de desproteção social.

O PSD foi e continua a ser o partido que mais apoio dá ao terceiro setor, aproveitando a sua proximidade das populações como ferramenta para resolver os problemas dos cidadãos de forma mais eficaz. A inovação e digitalização têm também transformado o terceiro setor, nomeadamente através dos projetos na área da economia, do empreendedorismo e do impacto social. Apoiar estes projetos, interligá-los e divulgá-los deve ser uma prioridade nacional e uma forma de dar voz à sociedade civil.

Sabemos que uma democracia será tão forte quanto a sociedade civil que a sustenta saiba ser forte e exigente com os seus políticos. Sabemos que uma sociedade solidária exige a participação de todos. O PSD deve ser o partido que apoia e dá voz a estas iniciativas, reforçando não apenas a economia social, o apoio ao mecenato, mas também a formas inovadoras de financiamento de projetos de empreendedorismo social, como as *impact bonds*⁸.

A **participação cívica** é profundamente dinamizada através das suas inúmeras associações, cujos múltiplos âmbitos proporcionam à nossa população uma indelével e variada gama de opções participativas. Consideramos que o movimento associativo deve sempre ser encarado como um indicador de democratização e maior impacto da sociedade civil, com inúmeros proveitos sociais na construção de uma sociedade integrada e participativa. O PSD defenderá incessantemente o associativismo e todos os modelos de voluntariado, enquanto importantes escolas e dinamos de cidadania e uma fórmula efetiva de integração, inclusive de muitos jovens excluídos.

5.6. Uma Agenda para a Coesão Territorial: um território coeso e desenvolvido ao serviço de um país equilibrado e a valorização do poder local

Portugal é um país profundamente desequilibrado em termos territoriais. As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas em Portugal revelam que dois terços do território nacional, correspondendo, grosso modo, ao Interior do País, estão ameaçados de despovoamento e dos seus inevitáveis corolários: esvaziamento e envelhecimento demográfico; abandono de terras e das atividades agroflorestais; declínio das atividades económicas e do emprego produtivo; acréscimo significativo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos; rarefação de serviços públicos essenciais e degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida.

Portugal tem pouca coesão territorial e fortes assimetrias regionais. Cada ciclo de fundos recebidos sob o signo da coesão, deixa um país com cada vez mais diferenças entre o norte, o centro e o sul, entre o interior e o litoral, entre os vários centros e as suas

múltiplas periferias. A essas assimetrias soma-se a (in)explicável diferença, muitas vezes abissal, entre a riqueza produzida numa determinada região do país e o rendimento per capita de cada um dos cidadãos dessa mesma região.

Deve haver um **papel crescente do território na atuação dos poderes públicos**, num quadro de crescente envolvimento das instituições locais e regionais. A territorialização das políticas públicas é encarada como fator essencial na gestão eficiente dos processos de desenvolvimento. Trata-se de uma tendência prevalecente nos diversos países da União Europeia e nas democracias ocidentais em geral.

A governação do nosso país deve ter em conta a crescente relevância do território e dos seus diversos níveis, local, regional, nacional e internacional. Não devemos ter níveis estanques na governação, indiferentes ao desempenho dos outros níveis. A cooperação e a corresponsabilização devem ser âncoras de um modelo multinível da governação nacional.

O movimento descentralizador é um caminho a percorrer para que a Administração Pública ganhe eficácia e eficiência, para que a proximidade traga melhores índices de monitorização cidadã das políticas públicas, para que o escrutínio seja uma constante e os decisores sejam, permanentemente, sujeitos à avaliação pelos resultados das suas ações.

É tempo de introduzir um modelo de organização administrativa que respeite as diferenças, que valorize o que é endógeno, que tenha as condições necessárias para corrigir erros passados e promover discriminação positiva dos territórios de baixa densidade, que deve ter a consagração legal de um estatuto próprio.

A coesão territorial exige boa governação e esta pressupõe a reforma da Administração Pública, assente no redimensionamento da relação entre o Estado e a sociedade civil e na defesa de um conceito de serviço público dimensionado para o cidadão que dele carece e não para a qualificação jurídica da entidade que o presta, que aposte na melhoria dos serviços públicos prestados à comunidade e que consuma menos recursos à economia.

Portugal necessita de um paradigma de coesão territorial que privilegie a redução das assimetrias pela via da criação de riqueza e valor em cada território, em detrimento da função eminentemente corretora e redistribuidora do Estado. Este paradigma pressupõe uma estratégia de desenvolvimento que estimule:

Em **primeiro lugar**, um maior compromisso da economia com o território. O que significa aumentar o peso das empresas e atividades locais na formação do valor final do produto regional. Esta estratégia deve visar;

Em **segundo lugar**, o reforço da dimensão e da competitividade territorial e urbana. O futuro do Interior joga-se em todo o território, mas em especial nas suas cidades e vilas porque é da sua capacidade para potenciar recursos e oportunidades, gerar iniciativas e atividades, atrair e fixar população que depende o sucesso do combate ao esvaziamento demográfico.

Em **terceiro lugar**, é fundamental transformar os territórios do Interior em espaços mais empreendedores, criativos e inovadores, garantindo uma especialização inteligente dos seus sistemas produtivos e das suas economias.

Em **quarto lugar**, importa garantir a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços coletivos, assegurando a indispensável equidade social e territorial, uma vez que é desta acessibilidade que depende a manutenção de níveis mínimos de ocupação dos territórios rurais.

Finalmente, em **quinto lugar**, urge promover uma melhor organização e governação dos territórios, através do reforço do associativismo, da cooperação, da descentralização e desconcentração administrativa.

Importa dimensionar os serviços públicos, definir os meios a transferir para as instâncias intraestatais e avaliar as condições da entidade receptora para o bom exercício das competências a transferir. É preciso reforçar o estatuto, competências e meios dos territórios de baixa densidade.

Regiões autónomas

O PSD é, orgulhosamente, o partido das autonomias.

A sua consagração constitucional e a epopeia de libertar os Açores e a Madeira de séculos de isolamento e esquecimento fazem parte do património do nosso Partido. Autonomia e Ultraperiferia, conceitos estatuidos no direito primário de Portugal e da União Europeia, reconhecem os anseios históricos e as especificidades dos povos insulares e devem assegurar o seu tratamento, através de medidas, apoios, derrogações e do desenvolvimento de projetos de interesse comum.

Urge resgatar as nossas regiões autónomas dos Açores e da Madeira de fatores de desfavorecimento com que se confrontam, aprofundando as políticas autonómicas e valorizando a sua importância geoestratégica no contexto do Atlântico Norte, na relação intercontinental e na extensão da plataforma continental, enquanto única trajetória segura para quebrar a insularidade em que se encontram.

5.7. Uma Agenda para a Afirmação Externa: um Portugal virado para o mundo e para a sua diáspora, ao serviço da nossa agenda estratégica

Portugal sempre foi um país com uma vocação mundial. Portugal joga o essencial da sua política externa nos três vértices do **triângulo global, europeu e lusófono**. Em cada um desses vértices, Portugal deve reforçar e alavancar a sua participação nos demais. Assim, na frente global, Portugal deve surgir como um influente membro da União Europeia e país decisivo na CPLP, assim reforçando o seu papel de mediador global. Na frente Europeia, Portugal não deve descurar a sua dimensão lusófona e, na CPLP, Portugal é o único Estado membro da União Europeia e, consequentemente, o único a poder servir formalmente como elo de ligação entre as duas comunidades. Mais do que reconhecer estas realidades, é necessário pô-las em prática, tirando partido efetivo destas ancestrais e enraizadas ligações.

Portugal é um país Europeu, com vocação atlântica. Também aí tem um papel relevante a desempenhar, estreitando as relações entre a União Europeia e os dois lados do Atlântico. A pertença à União Europeia e à NATO reforçam a importância dessa participação portuguesa.

A nossa política externa precisa de reforço da posição portuguesa nos vários cenários internacionais em que podemos exercer e valorizar a nossa presença e de prospectiva, na ampliação de um peso internacional assente na nossa experiência histórica, na Língua Portuguesa, na cultura e no desenvolvimento científico e tecnológico sustentáveis. Precisamos, pois, de melhorar a nossa presença junto dos países que integram comunidades portuguesas; de **obter maior reciprocidade nas relações** com a China e a Índia; de aprofundar significativamente as nossas interações com o Brasil e com os países africanos de Língua Portuguesa; de definir as prioridades na nossa presença na América do Sul e em África; de solidificar a nossa presença no domínio da cooperação internacional e de mecanismos comuns de defesa; de participar de forma mais ativa nos fóruns que promovem a prospectiva ambiental e tecnológica; de melhorar a nossa participação nos sistemas de valorização das Humanidades e da Cultura.

Igualmente importante é a projeção da cultura portuguesa no mundo e a defesa do Português. Portugal deve liderar, a par com o Brasil, **a afirmação de uma língua e cultura partilhadas por mais de 250 milhões de pessoas** e com uma projeção e impacto assinaláveis.

Finalmente, importa reconhecer o papel insubstituível que o Mar já possui, e irá ainda desenvolver, no quadro da afirmação de Portugal no mundo. Do ponto de vista ambiental, mas também de recursos e desenvolvimento económico, o mar é cada vez mais central nas economias do futuro. Portugal dispõe de uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo e de uma significativa plataforma continental o que faz com que seja uma das maiores potências globais na economia do mar. Esta é uma oportunidade que deve ser potenciada.

Deste modo, **as relações internacionais portuguesas** devem girar essencialmente em torno dos seguintes eixos: diplomacia política, diplomacia económica, diplomacia cultural e diplomacia migratória.

Nesta matéria, o PSD defende:

- O reforço da ligação a Portugal dos membros das Comunidades Portuguesas, em termos económicos, culturais, sociais e cívicos, deve ser uma grande prioridade nacional.
- Modernização e ampliação da Rede Diplomática e Consular.
- Como a Crise do Euro, antes, e a Crise do COVID-19, agora, tornaram ainda mais evidente, é essencial completar e concluir os pilares da União Económica e Monetária, dando sinais e passos concretos.
- Caminhar para uma cidadania Lusófona. A Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) é um projeto ambicioso e que espelha a proximidade entre os seus Estados-Membros ligados, por uma língua comum. O reforço do papel da CPLP nas diferentes relações: política, diplomática, social e económica.
- Reforçar cada vez mais uma Diplomacia Económica destinada a apoiar a internacionalização das empresas portuguesas.

6. PSD: ACREDITAR NA RENOVAÇÃO, RECUPERAR A ESPERANÇA, DEVOLVER A AMBIÇÃO

Os militantes e as bases são uma das grandes forças do PSD. A sua organização e presença capilar por todo o território nacional e comunidades emigrantes são uma poderosa alavanca para dinamização política, interação com a sociedade e mobilização eleitoral. A liderança deve unir o Partido, acarinhar a militância, reforçar a autoestima partidária, galvanizar as melhores ideias, mobilizar os melhores quadros e defender uma causa comum, um projeto reformista para Portugal. No PSD, fazendo jus à sua tradição, a convergência estratégica em torno de uma causa comum, não anula a diversidade de pensamento. Não confundimos unidade com unicidade de pensamento. Pelo contrário, reconhecemos que a revitalização do Partido passa por estimular o debate de ideias e por mobilizar o contributo de todos.

Uma palavra é devida ao papel crucial que os autarcas do PSD desempenharão neste novo ciclo da vida do PSD. Os maiores baluartes da implantação social e territorial do Partido são aqueles que, eleitos para órgãos locais, nos municípios e nas freguesias, representam as nossas causas em trabalho permanente de proximidade às populações que servem. A sua capacidade de perceber o pulsar da sociedade portuguesa será determinante para o restabelecimento de uma relação de confiança e empatia entre o PSD e a sociedade portuguesa.

É também fundamental o papel que as estruturas autónomas, a JSD e os TSD, desempenham na vida do partido. A JSD deve, no respeito total pela sua autonomia e irreverência, ser cada vez mais o grande polo de atração de jovens para a política e de discussão dos temas que interessam à juventude que são cada vez mais transversais e sobretudo continuar a reafirmar a sua posição de consciência crítica do PSD. Os TSD têm um papel fundamental na participação do PSD nas questões sindicais e laborais, devendo estar na primeira linha da defesa do trabalho digno e das condições laborais. Salientar ainda o papel que as MSD têm na afirmação transversal do PSD na sociedade.

A reforma interna do PSD passa também por abrir o Partido à sociedade, e por alargar, facilitar e valorizar a participação daqueles que, não tencionando ser militantes, mas revendo-se nos nossos valores e propósitos, se disponibilizam para emprestar as suas ideias e os seus contributos, com sentido cívico, para um melhor futuro comum.

O PSD é o espaço agregador da sociedade civil que quer construtivamente contribuir para uma alternativa efetiva ao modelo socialista que tem estagnado e empobrecido o País. O PSD será um Partido de portas abertas que estimulará modelos inovadores de participação e de militância adaptados aos tempos modernos. Os novos canais de comunicação, a especialização setorial, a massiva utilização tecnológica são oportunidades de gerar fórmulas inovadoras e atrativas para as novas gerações e para setores da sociedade que, tradicionalmente, não se reveem no funcionamento dos partidos políticos.



5 PROPOSTAS EMBLEMÁTICAS PARA TRANSFORMAR O PSD

1

Lançar o movimento Acreditar, que durante os próximos 2 anos preparará, em colaboração com o CEN e as restantes estruturas, um programa eleitoral, que permitirá ao PSD, entre 2024 e 2026, fazer uma divulgação e esclarecimento aprofundado das nossas propostas eleitorais, sem deixar de o atualizar a novas circunstâncias.

2

Criação de uma **Academia de Formação Política**, que agregue a vertente formativa do IFSC, da Universidade de Verão da JSD e o esforço das diferentes estruturas, que seja permanente, com uma equipa profissional, e que seja suportada pelo compromisso de no horizonte de 4 anos o PSD dedicar 15 a 20 % do seu orçamento de despesa corrente a formação política e ao estudo e produção de propostas de políticas públicas;

3

Transformação do Conselho Estratégico Nacional no grande “think-tank” do espaço não socialista, com a criação do Centro de Produção de Políticas Públicas, com (i) uma equipa permanente e profissional, especializada na produção de análises e propostas políticas nas várias áreas sectoriais, mas que mantenha os grupos dos quadros especializados (mas que se dedicam voluntariamente e no tempo livre), com os Grupos Parlamentares e autarcas do PSD e com a rede de Think Tanks do PPE e da família política do PSD. Este modelo irá dinamizar uma vaga de mobilização e envolvimento no PSD dos mais dinâmicos e especializados quadros dos vários setores da sociedade portuguesa;

4

Reforma estatutária e regulamentar do PSD, ponderando questões como a abertura do universo eleitoral a todos os militantes do PSD, com reforço do debate interno e aproveitando as tecnologias digitais para debate e votação;

5

Revolução na presença e interação física e digital do PSD com Portugueses, aproveitando o potencial da digitalização, inteligência artificial, das mais modernas redes sociais e das ferramentas da economia de partilha, mas também refundando o modelo da presença física. Procurar criar em todas as capitais de distrito um espaço-sede (cujo nome será objeto de um concurso de ideias) que combine espaço de trabalho e reunião política, conforto e socialização e espaços de co-work abertos ao público. Inovar na presença nas redes sociais e mundo digital, por exemplo criando a 1ª Sede Partidária portuguesa no Metaverso, o novo universo online 3D em que as pessoas interagem em ambientes digitais virtuais.



IMPULSIONAR A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

+ MILITÂNCIA

+ PARTICIPAÇÃO

> ENVOLVIMENTO

Alargar a base de apoio do partido através da criação de uma **rede alargada de apoiantes e voluntários** que querem estar a par das novidades do partido e contribuir para o mesmo a escala nacional, regional ou local;

Organizar **Convenções Locais Temáticas** por forma a auscultar os militantes do PSD, mas também os portugueses em geral sobre os seus anseios, problemas e possíveis soluções para o país;

Promover uma **ampla discussão interna com vista a modernizar os estatutos**, que possam dar cobertura à maior democraticidade interna e à abertura do PSD à sociedade civil, incluindo a proposta de reforma do modelo de eleição do líder do PSD.

DESENVOLVER UM *POLICY LAB* PARA O SÉCULO XXI

+ DISCUSSÕES SECTORIAIS

+ PENSAMENTO ESTRATÉGICO

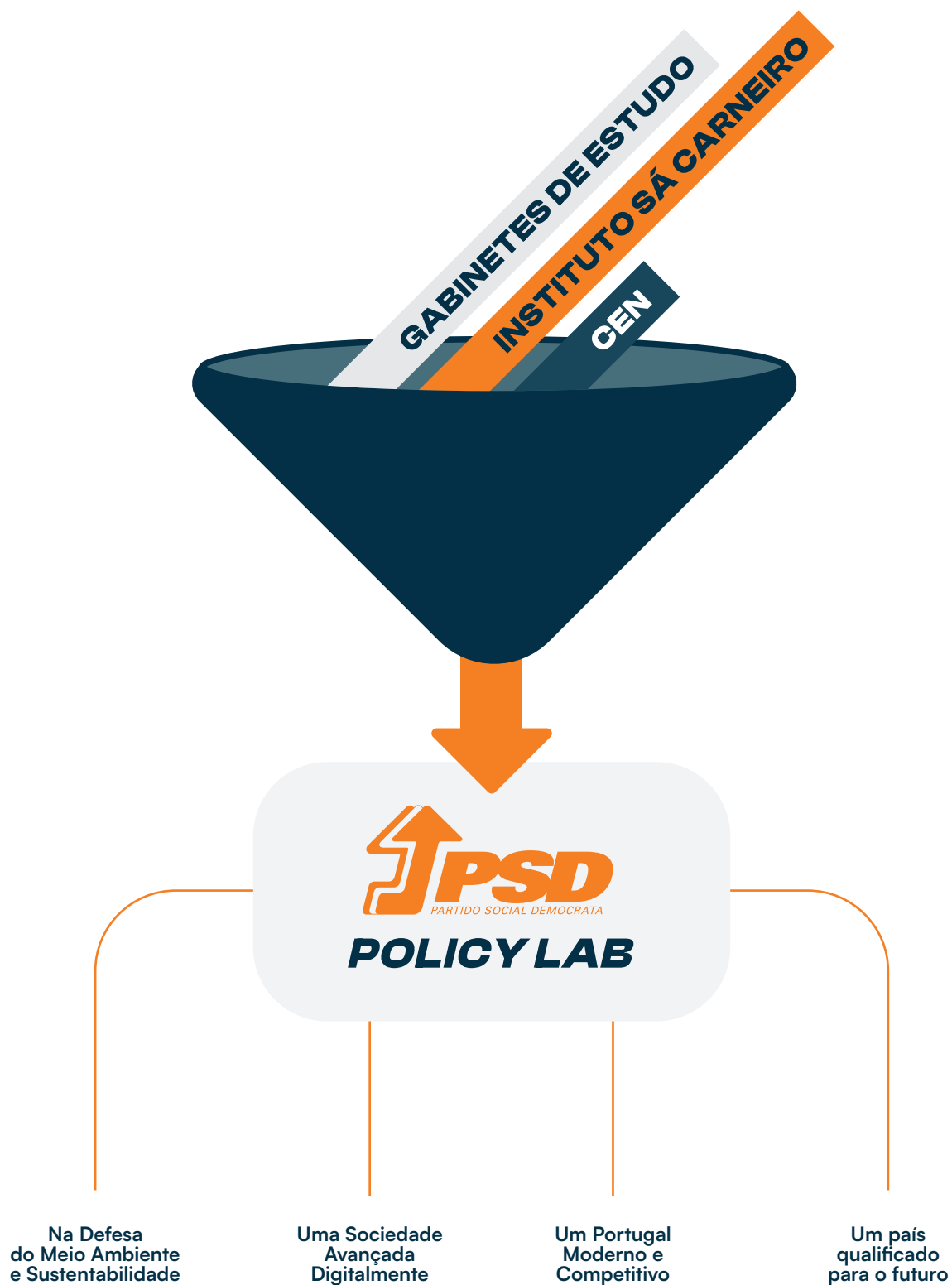
> REDE INTERNACIONAL DE
ACADÉMICOS E PENSADORES

Estruturar, articular e otimizar o pensamento estratégico do partido, captando os melhores da sociedade civil para participar ativamente na produção, elaboração e discussão de propostas políticas sectoriais para o partido;

Impulsionar uma melhor articulação do pensamento estratégico do partido, transformando o CEN no grande “think tank” do espaço não socialista, juntando o IFSC, o CEN e os gabinetes de estudos que proliferam no PSD e que devem congregiar esforços e meios. Numa lógica de grande *Policy Lab* capaz de atrair os melhores quadros da sociedade para as mais diversas áreas sectoriais;

Aprofundar as **relações europeias e transatlânticas com outros *Policy Labs* e Think Tanks políticos.**

Criação de uma **Academia de Formação Política**, permanente, com equipa profissional, e que seja suportada pelo compromisso de no horizonte de 4 anos o PSD dedicar 15 a 20 % do seu orçamento de despesa corrente a formação política e ao estudo e produção de propostas de políticas públicas .



UTILIZAR AS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL

+ TECNOLOGIA

+ INTERAÇÃO

> EFICÁCIA

Utilizar o site do partido para **atrair apoiantes e voluntários** que querem ter uma vida mais ativa mas que não se querem comprometer com uma militância ativa, através de um registo simples e não burocrático (e.g. nome, mail e código postal) que permita ao partido estar mais próximo dos portugueses e contactar diretamente com os mesmos;

Impulsionar a **utilização de Sistemas de Dados**. Através da autorização por parte dos militantes, apoiantes ou voluntários, o partido pode ter uma mensagem mais direta, efetiva e próxima junto dos portugueses, solicitando simultaneamente a sua participação para os desafios futuros que se colocam ao partido;

Aumentar a **eficiência da utilização das redes sociais, plataformas digitais e outros meios de comunicação digital** por forma a melhor interagir com os portugueses;

Modernizar a **APP do partido para que seja um efetivo elemento de comunicação bi-direcional**, em que os militantes e voluntários também possam expressar as suas ideias com a liderança partidária enquanto contribuem para o futuro do partido;

Utilizar a APP do partido **para partilhar directamente com os militantes as posições políticas apresentadas**, discussões setoriais realizadas e outras ideias políticas a fim das bases do partido, Comissões Políticas Distritais, Concelhias ou autarcas locais estarem melhor informados sobre o pensamento estratégico e político da Comissão Política Nacional sobre as mais diversas áreas temáticas.







ACREDITAR
LUIS MONTENEGRO

